Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 7

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 15

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 88

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 89

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 90

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	125.213.244
Preferenciais	0
Total	125.213.244
Em Tesouraria	
Ordinárias	377.500
Preferenciais	0
Total	377.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.630.362	1.551.245
1.01	Ativo Circulante	459.578	498.805
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.859	54.477
1.01.02	Aplicações Financeiras	272.596	337.547
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	272.596	337.547
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	272.596	337.547
1.01.03	Contas a Receber	106.831	95.154
1.01.03.01	Clientes	106.831	95.154
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.954	6.319
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.954	6.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.338	5.308
1.01.08.03	Outros	12.338	5.308
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	0	408
1.01.08.03.03	Outros ativos	12.338	4.900
1.02	Ativo Não Circulante	1.170.784	1.052.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	59.871	57.674
1.02.01.03	Contas a Receber	54.533	52.476
1.02.01.03.01	Clientes	54.533	52.476
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.338	5.198
1.02.01.09.03	Outros Ativos	2.089	1.949
1.02.01.09.05	Ativos indenizatórios	3.249	3.249
1.02.02	Investimentos	689.632	594.547
1.02.02.01	Participações Societárias	689.632	594.547
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	689.632	594.547
1.02.03	Imobilizado	389.275	370.538
1.02.04	Intangível	32.006	29.681

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.630.362	1.551.245
2.01	Passivo Circulante	188.982	210.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.180	34.459
2.01.02	Fornecedores	13.150	12.805
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.150	12.805
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.077	3.993
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	82	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.995	3.993
2.01.03.02.01	Tributos a recolher	3.995	3.993
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.860	96.752
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.054	53.257
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.054	53.257
2.01.04.02	Debêntures	42.806	43.495
2.01.05	Outras Obrigações	42.715	62.137
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.059	11.191
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	25.059	11.191
2.01.05.02	Outros	17.656	50.946
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	34.234
2.01.05.02.04	Obrigações de arrendamento mercantil	9.852	9.642
2.01.05.02.05	Outros passivos	6.942	4.938
2.01.05.02.06	Compromissos a pagar	862	2.132
2.02	Passivo Não Circulante	345.860	390.699
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.364	248.915
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	119.453	139.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	119.453	139.920
2.02.01.02	Debêntures	87.911	108.995
2.02.02	Outras Obrigações	137.720	140.583
2.02.02.02	Outros	137.720	140.583
2.02.02.02.03	Obrigações de arrendamento mercantil	132.459	134.501
2.02.02.02.05	Parcelamentos de Tributos	947	1.100
2.02.02.02.06	Outros Passivos	4.314	4.982
2.02.04	Provisões	776	1.201
2.02.04.02	Outras Provisões	776	1.201
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	776	1.201
2.03	Patrimônio Líquido	1.095.520	950.400
2.03.01	Capital Social Realizado	377.048	377.048
2.03.04	Reservas de Lucros	586.200	573.352
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	592.654	579.806
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.454	-6.454
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.272	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	107.185	212.216	96.400	190.900
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-46.892	-87.179	-43.414	-81.073
3.03	Resultado Bruto	60.293	125.037	52.986	109.827
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	12.927	34.881	19.979	54.887
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.737	-93.858	-41.446	-82.828
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	554	40	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-3.417	-3.136
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	63.110	128.699	64.842	140.851
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	73.220	159.918	72.965	164.714
3.06	Resultado Financeiro	-8.732	-15.205	-8.978	-14.644
3.06.01	Receitas Financeiras	10.792	24.213	11.778	26.827
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.524	-39.418	-20.756	-41.471
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.488	144.713	63.987	150.070
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	407	407	-228	-398
3.08.01	Corrente	407	407	-228	-398
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.895	145.120	63.759	149.672
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	64.895	145.120	63.759	149.672
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,51984	1,16249	0,51074	1,19895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	64.895	145.120	63.759	149.672
4.03	Resultado Abrangente do Período	64.895	145.120	63.759	149.672

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.371	-21.742
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.881	59.584
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	144.713	150.070
6.01.01.02	Depreciação e amortização	17.930	15.347
6.01.01.03	Provisão para contingências	-425	-513
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-128.699	-140.851
6.01.01.05	Constituição de provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	5.664	5.514
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	28.856	30.017
6.01.01.07	Perda com baixa de ativos não circulantes	1.842	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.341	-43.117
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-17.116	-46.783
6.01.02.02	Tributos a recuperar	365	-3.625
6.01.02.03	Adiantamentos a fornecedores	0	500
6.01.02.04	Outros ativos	-7.170	-1.805
6.01.02.05	Fornecedores	345	3.246
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	3.721	7.730
6.01.02.07	Tributos a recolher	-151	425
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	489	-903
6.01.02.09	Outros passivos	1.176	-1.902
6.01.03	Outros	-52.911	-38.209
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pago	0	-230
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e arrendamentos	-52.911	-37.979
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.621	41.624
6.02.01	Adições ao investimento	-33.133	-24.435
6.02.02	Adições ao imobilizado	-33.789	-13.175
6.02.03	Adições ao intangível	-7.245	-5.157
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	64.951	30.098
6.02.06	Recebimentos de dividendos das investidas	66.907	56.211
6.02.07	Pagamento de aquisição de controladas	-1.070	-1.918
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47.868	-24.288
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-25.670	-13.855
6.03.03	Amortização de arrendamentos mercantis	-1.832	-1.637
6.03.04	Partes relacionadas	13.868	14.321
6.03.05	Dividendos e JCP pagos aos acionistas da companhia	-34.234	-23.117
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.382	-4.406
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.477	62.539
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.859	58.133

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.048	-6.454	579.806	0	0	950.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	-6.454	579.806	0	0	950.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.120	0	145.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.120	0	145.120
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.848	-12.848	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	5.592	-5.592	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	7.256	-7.256	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.454	592.654	132.272	0	1.095.520

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.048	-6.454	386.639	0	0	757.233
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	-6.454	386.639	0	0	757.233
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.047	0	0	-3.047
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.047	0	0	-3.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.672	0	149.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.672	0	149.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.158	-11.158	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	3.674	-3.674	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	7.484	-7.484	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.454	394.750	138.514	0	903.858

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	214.685	193.453
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	277.846	238.697
7.01.02	Outras Receitas	-57.497	-39.730
7.01.02.01	Deduções da Receita	-57.497	-39.730
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.664	-5.514
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-55.055	-46.308
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.578	-11.968
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.051	-9.327
7.02.04	Outros	-31.426	-25.013
7.02.04.01	Publicidade e Propaganda	-18.593	-15.846
7.02.04.02	Outros	-12.833	-9.167
7.03	Valor Adicionado Bruto	159.630	147.145
7.04	Retenções	-17.930	-15.347
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.930	-15.347
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	141.700	131.798
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	154.064	167.678
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.699	140.851
7.06.02	Receitas Financeiras	25.365	26.827
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	295.764	299.476
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	295.764	299.476
7.08.01	Pessoal	88.339	79.338
7.08.01.01	Remuneração Direta	88.339	79.338
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.299	9.627
7.08.02.01	Federais	829	866
7.08.02.03	Municipais	9.470	8.761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.006	60.839
7.08.03.01	Juros	39.418	41.471
7.08.03.02	Aluguéis	12.588	19.368
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	145.120	149.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.120	149.672

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.071.153	2.018.564
1.01	Ativo Circulante	710.398	702.195
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.719	62.036
1.01.02	Aplicações Financeiras	272.596	337.547
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	272.596	337.547
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobilários	272.596	337.547
1.01.03	Contas a Receber	316.295	272.773
1.01.03.01	Clientes	316.295	272.773
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.995	10.758
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.995	10.758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.793	19.081
1.01.08.03	Outros	40.793	19.081
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	0	3.250
1.01.08.03.03	Outros Ativos	40.793	15.831
1.02	Ativo Não Circulante	1.360.755	1.316.369
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	271.699	257.007
1.02.01.03	Contas a Receber	139.498	132.483
1.02.01.03.01	Clientes	139.498	132.483
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	132.201	124.524
1.02.01.09.03	Outros Ativos	20.186	12.509
1.02.01.09.05	Ativos Indenizatorios	112.015	112.015
1.02.03	Imobilizado	652.909	624.517
1.02.04	Intangível	436.147	434.845

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.071.153	2.018.564
2.01	Passivo Circulante	348.526	365.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	94.418	71.873
2.01.02	Fornecedores	31.494	29.734
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.494	29.734
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.280	16.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.552	1.852
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.552	1.852
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.728	14.620
2.01.03.02.01	Tributos a Recolher	14.728	14.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.413	99.259
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.607	55.764
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.607	55.764
2.01.04.02	Debêntures	42.806	43.495
2.01.05	Outras Obrigações	113.921	147.710
2.01.05.02	Outros	113.921	147.710
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	34.234
2.01.05.02.04	Obrigações de Arrendamento Mercantil	16.085	15.737
2.01.05.02.05	Outros Passivos	19.702	17.692
2.01.05.02.06	Compromissos a Pagar	78.134	80.047
2.02	Passivo Não Circulante	627.107	703.116
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	207.513	249.529
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	119.602	140.534
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	119.602	140.534
2.02.01.02	Debêntures	87.911	108.995
2.02.02	Outras Obrigações	295.638	329.339
2.02.02.02	Outros	295.638	329.339
2.02.02.02.03	Obrigações de Arrendamento Mercantil	230.883	233.798
2.02.02.02.04	Compromissos a Pagar	59.017	88.888
2.02.02.02.06	Parcelamento de tributos	1.413	1.661
2.02.02.02.07	Outros Passivos	4.325	4.992
2.02.03	Tributos Diferidos	3.729	3.902
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.729	3.902
2.02.04	Provisões	120.227	120.346
2.02.04.02	Outras Provisões	120.227	120.346
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	120.227	120.346
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.095.520	950.400
2.03.01	Capital Social Realizado	377.048	377.048
2.03.04	Reservas de Lucros	586.200	573.352
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	592.654	579.806
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.454	-6.454
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.272	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	326.240	635.060	289.600	574.725
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-148.219	-272.135	-137.909	-253.887
3.03	Resultado Bruto	178.021	362.925	151.691	320.838
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.937	-178.638	-71.522	-141.663
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93.432	-178.491	-75.672	-145.613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	495	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-147	4.150	3.950
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.084	184.287	80.169	179.175
3.06	Resultado Financeiro	-21.613	-39.302	-14.696	-25.719
3.06.01	Receitas Financeiras	17.238	37.364	19.955	46.652
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.851	-76.666	-34.651	-72.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.471	144.985	65.473	153.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.424	135	-1.714	-3.784
3.08.01	Corrente	1.338	-38	-1.887	-3.957
3.08.02	Diferido	86	173	173	173
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.895	145.120	63.759	149.672
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	64.895	145.120	63.759	149.672
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	64.895	145.120	63.759	149.672
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,51984	1,16249	0,51074	1,19895

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	64.895	145.120	63.759	149.672
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	64.895	145.120	63.759	149.672
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	64.895	145.120	63.759	149.672

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	107.301	56.830
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	240.645	239.275
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.985	153.456
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	31.019	29.323
6.01.01.03	Provisão para Contigências	-119	35
6.01.01.05	Constituição de provisão p/credito de liquidação duvidosa	22.472	19.448
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais liquidas	40.071	36.976
6.01.01.07	Perda com baixa de ativos não circulantes	2.217	37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-69.708	-131.636
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-67.229	-143.135
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.237	-4.111
6.01.02.03	Adiantamento a fornecedores	0	4.526
6.01.02.04	Outros ativos	-29.389	-12.723
6.01.02.05	Fornecedores	1.760	6.720
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	22.545	23.418
6.01.02.07	Tributos a recolher	-140	-4.067
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.639	-2.781
6.01.02.09	Outros passivos	1.343	517
6.01.03	Outros	-63.636	-50.809
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pago	-2.977	-4.594
6.01.03.02	Juros pagos de emprestimos	-60.659	-46.215
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.728	-19.888
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-55.295	-27.192
6.02.03	Adições ao Intangivel	-7.835	-6.909
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	64.951	30.098
6.02.06	Pagamento de aquisição de controladas	-38.549	-15.885
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.890	-41.176
6.03.02	Amortização de emprestimos e financiamentos	-27.089	-15.783
6.03.03	Amortização de arrendamentos mercantis	-2.567	-2.276
6.03.05	Dividendos e JCP pagos aos acionistas da companhia	-34.234	-23.117
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.683	-4.234
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.036	69.999
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.719	65.765

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	377.048	-6.454	579.806	0	0	950.400	0	950.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	-6.454	579.806	0	0	950.400	0	950.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.120	0	145.120	0	145.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.120	0	145.120	0	145.120
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.848	-12.848	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	5.592	-5.592	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	7.256	-7.256	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.454	592.654	132.272	0	1.095.520	0	1.095.520

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	377.048	-6.454	386.639	0	0	757.233	0	757.233
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.048	-6.454	386.639	0	0	757.233	0	757.233
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.047	0	0	-3.047	0	-3.047
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.047	0	0	-3.047	0	-3.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.672	0	149.672	0	149.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.672	0	149.672	0	149.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.158	-11.158	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva de incentivo fiscal	0	0	3.674	-3.674	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da reserva legal	0	0	7.484	-7.484	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	377.048	-6.454	394.750	138.514	0	903.858	0	903.858

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	635.805	578.171
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	839.904	721.044
7.01.02	Outras Receitas	-181.627	-123.425
7.01.02.01	Deduções da Receita	-181.627	-123.425
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.472	-19.448
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-105.444	-79.644
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.752	-21.056
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.978	-22.170
7.02.04	Outros	-58.714	-36.418
7.02.04.01	Publicidade e Propaganda	-36.566	-29.058
7.02.04.02	Outros	-22.148	-7.360
7.03	Valor Adicionado Bruto	530.361	498.527
7.04	Retenções	-31.019	-29.323
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.019	-29.323
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	499.342	469.204
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.100	46.652
7.06.02	Receitas Financeiras	39.100	46.652
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	538.442	515.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	538.442	515.856
7.08.01	Pessoal	251.173	232.187
7.08.01.01	Remuneração Direta	251.173	232.187
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.758	29.585
7.08.02.01	Federais	2.016	4.890
7.08.02.03	Municipais	25.742	24.695
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.391	104.412
7.08.03.01	Juros	76.666	72.371
7.08.03.02	Aluguéis	37.725	32.041
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	145.120	149.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.120	149.672

Divulgação de Resultados 2T17

Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2017 consolidou etapas relevantes na estratégia de crescimento de longo prazo do grupo Ser Educacional. Idealizada ainda em 2013, durante o processo de abertura de capital, o plano de negócios visa transformar a Companhia com uma atuação originalmente forte nas regiões Nordeste e Norte do Brasil em um player de abrangência nacional. Para que isso seja possível, a Companhia protocolou junto ao MEC solicitações para abertura de novas unidades de ensino presencial e iniciou seu processo de abertura das atividades de ensino a distância, bem como a expansão de cursos em unidades existentes e mapeamento de oportunidades para aquisições.

Desde então, foram 25 novas unidades credenciadas, sendo 17 apenas nesse primeiro semestre de 2017, além das atuais 6 unidades adicionais em etapa final de credenciamento, tendo sido aprovadas junto ao CNE nos meses de junho e julho de 2017 e, portanto, agora aguardam a publicação da Portaria de Credenciamento junto ao MEC. Ao todo, a expectativa é encerrar o ano de 2017 com 31 novas unidades credenciadas, do total de 45 novas unidades previstas no plano de expansão. Foram aprovados também centenas de novos cursos em unidades já em operação que, além de crescimento orgânico, proporcionaram expansão favorável do mix de cursos que passou de 50% dos cursos com turmas efetivamente formadas nos segmentos de engenharias e saúde no 2014.1 para 59% no 2017.1, proporcionando melhoria significativa de posicionamento de mercado e de ticket médio.

Para consolidar o projeto de expansão, a partir do 2T16 foram aprovados pelo MEC os critérios de qualidade previstos no novo marco regulatório do EAD, que passaram a permitir que instituições de ensino com conceitos positivos de qualidade possam enfim aumentar o número de polos de ensino superior e passar a competir no mercado de ensino a distância. Nesse sentido, já a partir de julho, a Companhia iniciou o processo de expansão de suas atividades nesse segmento, com o lançamento de ao menos 100 novos polos de ensino a distância que já entraram no processo de captação desse segundo semestre.

Com a materialização das principais oportunidades de crescimento orgânico, a Administração da Companhia se volta agora à execução do processo de abertura dos seus novos polos e unidades e, conforme já demonstrado no release de resultados do 1T17, passando a executar investimentos mais robustos em suas unidades, em atividades de marketing e em recursos humanos, com objetivo fundamentalmente de oferecer a já conhecida proposta de valor ao aluno nesses novos mercados, que consiste em proporcionar educação de qualidade, com marcas fortes e reconhecidas pelo mercado de trabalho, infraestrutura diferenciada e bem localizada com cursos a preços competitivos.

Essa etapa só pôde ser iniciada porque em 2015 e 2016 foram realizadas diversas atividades cujo objetivo principal foi conferir ganhos significativos de produtividade, executando com sucesso uma série de projetos que melhoraram as principais atividades da empresa, como o uso do BI de captação no processo seletivo, a otimização da evasão com o Ser Retention System, a melhoria na capacidade de negociação e cobrança com a nova régua de negociação às melhorias pedagógicas e eficiência de sala de aula com a reformulação da matriz curricular.

Nesse sentido, a Administração da Companhia encerra esse primeiro semestre com a certeza de que seu plano de negócios está sendo executado dentro do esperado, ciente de que a recuperação da economia brasileira ainda não se consolidou e de que ainda existem muitos desafios, mas encontra-se preparada para continuar seu foco no crescimento de sua base de alunos, proporcionando rígido controle de qualidade acadêmica e rentabilidade financeira adequada para seus acionistas.

A Administração aproveita esse espaço para agradecer aos alunos, professores, colaboradores e acionistas pela confiança e dedicação na execução de um projeto que é em sua essência representado pelo próprio slogan da Companhia: gente criando o futuro.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Captação 2017.1

Ao final do primeiro semestre de 2017, foram matriculados 51,4 mil novos alunos de graduação em comparação a 42,9 mil novos alunos no mesmo período em 2016. O destaque do semestre foi o segmento de Ensino a Distância (EAD), que teve crescimento de 22,7%, tendo matriculado 4,6 mil alunos, comparado a 3,8 mil alunos no 1S16.

Captação do 1S17			
Em Milhares	1S17 Reportado	1S16 Reportado	%Δ
Captação de Graduação	51.367	42.900	19,7%
Presencial	46.719	39.108	19,5%
EAD	4.648	3.792	22,6%
Captação de Pós-Graduação	4.511	3.891	15,9%
Presencial	3.897	3.646	6,9%
EAD	614	245	150,6%

O segmento de graduação presencial registrou elevação de 19,5% em suas matrículas e passou de 39,1 mil alunos no 1S16 para 46,7 mil alunos no 1S17. Esse aumento ocorreu principalmente em virtude do credenciamento de novos cursos e novas unidades.

Ao final do primeiro semestre de 2017, do total de alunos captados,11,6 mil alunos vieram por meio de crédito estudantil, sendo que 1,1 financiados por meio do PraValer, 1,5 mil por meio do Educred e 9,0 mil por meio do FIES. No mesmo período em 2016, esse número havia sido de 9,2 mil contratos, sendo 8,3 mil pelo FIES, 0,6 pelo PraValer e 0,3 pelo Educred. Nesse sentido, o percentual de alunos captados por meio de créditos estudantis passou de 23,5% no 1S16 para 24,9% no 1S17, tendo o FIES sozinho, participado com 19,3% da captação em comparação a 21,1% no mesmo período em 2016.

O total de novos contratos do FIES, finalizados até 30 de junho de 2017, atingiu 10,4 mil (sendo 9,1 mil calouros e 1,3 mil veteranos), um aproveitamento de aproximadamente 86% das 12,1 mil vagas alocadas pelo Governo Federal em 2017.1 para a Companhia, comparado a um aproveitamento de 57% das 19,1 mil vagas disponibilizadas em 2016.1.

Na Pós-graduação houve crescimento de 15,9% quando comparamos 2017.1 contra o 2016.1, tendo a pós-graduação presencial apresentado crescimento de 6,9% na captação do primeiro semestre de 2017, quando comparada com o mesmo período de 2016.

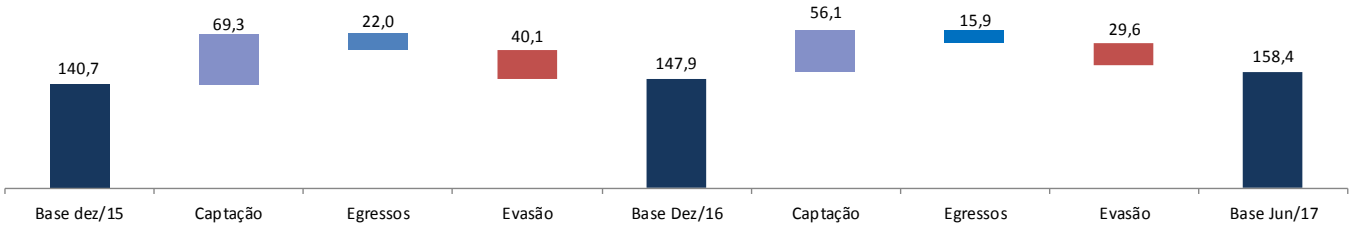
Taxa de evasão

A taxa de evasão do 1S17 foi de 14,6%, ante 11,8% no 2T16. O aumento da taxa de evasão reflete principalmente o momento econômico brasileiro, com destaque principal para os elevados níveis de desemprego observado nas regiões de atuação da Companhia.

Evolução da Base de Alunos

Número de Alunos	Graduação		Pós-graduação		Cursos Técnicos		Total
2017.1	Presencial	EAD	Presencial	EAD	Presencial	EAD	Total
Base Dez16	**131.092**	**6.102**	**9.501**	**805**	**362**	**-**	**147.862**
Captação	46.719	4.648	3.897	614	121	81	56.080
Egressos	(11.025)	-	(4.553)	-	(362)	-	(15.940)
Evasão	(24.318)	(3.361)	(1.740)	(89)	(39)	(37)	(29.584)
Base Jun17	**142.468**	**7.389**	**7.105**	**1.330**	**82**	**44**	**158.418**
% Base Jun17 / Base Dez16	*8,7%*	*21,1%*	*-25,2%*	*65,2%*	*-77,3%*	*N.M.*	*7,1%*
% Base Jun17 / Base Jun16	*4,4%*	*47,6%*	*-27,9%*	*236,7%*	*-89,4%*	*N.M.*	*3,9%*

A base de alunos de graduação presencial totalizou 142,5 mil alunos, um aumento de 4,4% em relação à base reportada de 136,4 mil alunos no 2T16. A base de alunos de pós-graduação presencial apresentou uma redução de 27,9%, em virtude de mudança no critério para inclusão dos alunos na base final, que a partir de 2017.1 passou a considerar apenas os alunos com turma efetivamente formada, mesmo apresentando um crescimento na captação do segmento, quando comparamos o 1S17 com o 1S16. A base de alunos total apresentou um crescimento de 3,9% quando comparada com 30 de junho de 2016.



Ticket Médio Líquido

Ticket Médio	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17
Graduação Presencial	731,82	678,86	7,8%	720,92	1,5%

O ticket médio no 2T17 foi de R$731,82, um acréscimo de 7,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em virtude principalmente do repasse da inflação e da melhoria no mix de cursos, que vem gradativamente aumentando a participação de graduações nas áreas de engenharia e saúde. Outro fator de melhoria do ticket médio é o aumento do número de matrículas em cidades nas quais a Companhia detém marcas com maior reconhecimento.

Financiamento Estudantil

FINANCIAMENTOS ESTUDANTIS	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	1T16	2T16	Dez/16	1T17	2T17
Alunos	**48.670**	**70.255**	**101.195**	**123.988**	**135.359**	**136.400**	**131.092**	**140.159**	**142.468**
Alunos FIES	15.916	31.432	48.048	56.089	57.842	61.408	58.840	52.236	58.673
% de Alunos FIES	32,7%	44,7%	47,5%	45,2%	42,7%	45,0%	44,9%	37,3%	41,2%
Alunos EDUCRED				754	921	1.021	1.922	1.385	2.548
% de Alunos EDUCRED				0,6%	0,7%	0,7%	1,5%	1,0%	1,8%
Alunos PRAVALER				954	1.114	1.561	1.794	1.447	1.890
% de Alunos PRAVALER				0,8%	0,8%	1,1%	1,4%	1,0%	1,3%
Total de Alunos com Financiamento				57.797	59.877	63.990	62.556	55.068	63.111
% de Alunos com Financiamento				46,6%	44,2%	46,9%	47,7%	39,3%	44,3%

Em 30 de junho de 2017, os alunos que possuem o crédito educativo do FIES representavam 41,2% da base de estudantes de graduação, uma redução de 3,8 p.p. em relação ao final do 2T16, quando os alunos com FIES representavam 45,0% da base de universitários. Essa redução está ocorrendo em virtude da menor disponibilidade de vagas no programa FIES por parte do governo federal a partir de 2015.

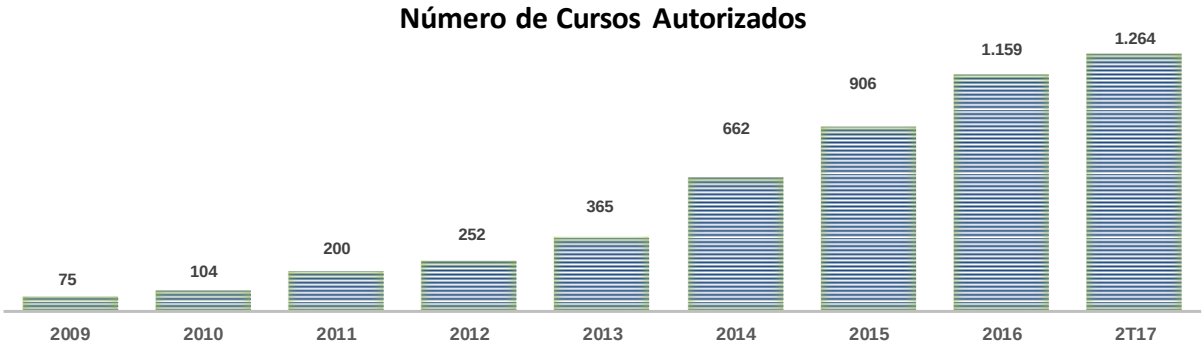
A partir de abril de 2015, a Companhia remodelou os seus planos de financiamento estudantil, com a oferta de novos produtos de crédito estudantil por meio do PraValer, um dos maiores programas privados de financiamento estudantil do País e com o relançamento do Educred, crédito próprio da Companhia, que financia parte da mensalidade do aluno com juros. Com essas mudanças nas alternativas de financiamento privado, ao final do 2T17,

o EDUCRED atingiu 2,5 mil alunos, representando 1,8% da base de alunos de graduação presencial e o PraValer 1,9 mil alunos, representando 1,3% da mesma base, em linha com o objetivo estratégico da Companhia de ter um modelo híbrido.

Crescimento Orgânico

No 2T17, foram autorizados 58 novos cursos, acumulando 1.264 cursos, além do aumento de vagas em alguns cursos. Com isso, em junho/17, a Companhia possuía mais de 413 mil vagas anuais, sendo 119,4 mil vagas deste total referentes a EAD. A Ser Educacional segue desenvolvendo a sua estratégia de crescimento orgânico, baseada no credenciamento de novas unidades, polos de ensino à distância e autorizações de novos cursos.

O destaque fica para o estado de São Paulo, que em 30 de junho de 2017 totalizou mais 40 novos cursos, quando comparado com a quantidade de cursos autorizados em 30 de junho de 2016, dentre eles: Odontologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Sistemas de Informação. Através das 6 unidades presentes em São Paulo, o grupo Ser Educacional já possui um portfólio de 161 graduações, ofertadas através das marcas UNG/UNIVERITAS.



DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Bruta

Receita Bruta - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Receita Operacional Bruta	**434.899**	**368.981**	**17,9%**	**405.005**	**7,4%**	**839.904**	**721.044**	**16,5%**
Mensalidades de Graduação	417.215	355.613	17,3%	388.787	7,3%	806.002	691.719	16,5%
Mensalidades de Pós Graduação	6.594	5.459	20,8%	4.650	41,8%	11.244	11.179	0,6%
Mensalidades de Ensino Técnico	159	866	-81,6%	474	-66,5%	633	4.623	-86,3%
Mensalidades de EAD	7.529	3.989	88,7%	6.576	14,5%	14.105	6.943	103,2%
Outras	3.402	3.054	11,4%	4.518	-24,7%	7.920	6.580	20,4%
Deduções da Receita Bruta	**(108.659)**	**(79.381)**	**36,9%**	**(96.185)**	**13,0%**	**(204.844)**	**(146.319)**	**40,0%**
Descontos e Bolsas	(46.353)	(28.719)	61,4%	(43.820)	5,8%	(90.173)	(49.995)	80,4%
PROUNI	(37.399)	(31.882)	17,3%	(31.249)	19,7%	(68.648)	(58.422)	17,5%
FGEDUC e encargos FIES	(12.820)	(8.217)	56,0%	(9.986)	28,4%	(22.806)	(15.008)	52,0%
Impostos	(12.087)	(10.563)	14,4%	(11.130)	8,6%	(23.217)	(22.894)	1,4%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	*10,7%*	*7,8%*	*2,9 p.p.*	*10,8%*	*-0,2 p.p.*	*10,7%*	*6,9%*	*3,8 p.p.*
Receita Operacional Líquida	**326.240**	**289.600**	**12,7%**	**308.820**	**5,6%**	**635.060**	**574.725**	**10,5%**

No 2T17, a receita bruta foi de R$434,9 milhões, apresentando um avanço de 17,9% em relação ao 2T16, devido principalmente ao crescimento orgânico da Companhia, que adicionou novos cursos e novas unidades, bem como em virtude de uma política comercial direcionada para captura de alunos regulares *"out-of-pockets"*, que geraram

aumento da base total de alunos de graduação, bem como aumento do ticket médio, nesse caso por força do repasse da inflação, por melhor mix de cursos e de unidades com maior percepção da marca.

Pelos mesmos motivos, a receita bruta do segmento de graduação atingiu R$ 417,2 milhões no 2T17, representando 95,9% do total, um crescimento de 17,3% em relação ao mesmo período de 2016.

O segmento de pós-graduação correspondeu a 1,5% da receita total do 2T17, com R$6,6 milhões, um aumento de 20,8% em relação ao 2T16, em função do reposicionamento da linha de negócio e dos respectivos produtos, inclusive com a mudança de critério para inclusão de alunos na base.

A receita referente ao Ensino Técnico/Pronatec somou R$0,2 milhão no 2T17, apresentando uma redução de 81,6% em comparação ao mesmo período em 2016. Essa redução ocorreu face à formatura dos alunos Pronatec no período, que por sua vez não foram repostos por conta do encerramento do programa por parte do Governo Federal para instituições privadas.

O EAD, segmento no qual a Companhia iniciou as operações em 2014, já representa 1,7% da receita total, com R$ 7,5 milhões, e apresentou um crescimento de 88,9% em comparação ao 2T16, refletindo o aumento de 61,4% na base de alunos de graduação e pós-graduação deste segmento no 2T17, em comparação com o 2T16. A base de alunos EAD tem apresentado crescimento acentuado e recorrente desde 2015 em virtude principalmente do aumento das atividades comerciais para o segmento, em decorrência da reorganização da equipe EAD, que passou a ser totalmente dedicada a essa atividade, proporcionando maior maturação dos 18 polos credenciados.

As deduções da receita bruta tiveram um acréscimo de 36,9% no trimestre, decorrente do aumento dos descontos comerciais e bolsas, em virtude do (i) maior volume de descontos concedidos como parte da estratégia de captação adotada para o semestre, tendo nesse segundo trimestre uma concentração de matriculas e rematrículas mais tardias efetuas principalmente em abril., (ii) aumento da base de alunos PROUNI, bem como repasse de ticket médio nesse mesmo segmento e (iii) aumento dos encargos do FIES, em virtude da introdução da dedução adicional de 2% sobre a base de alunos a partir de julho de 2016, que representou R$2,8 milhões no 2T17.

A receita líquida aumentou 12,7%, passando de R$289,6 milhões no 2T16, para R$326,2 milhões no 2T17.

Custo dos Serviços Prestados

Composição dos Custos dos Serviços Prestados[1] - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**(138.066)**	**(128.680)**	**7,3%**	**(115.580)**	**19,5%**	**(253.646)**	**(235.603)**	**7,7%**
Pessoal e encargos	(101.497)	(96.929)	4,7%	(86.737)	17,0%	(188.234)	(179.453)	4,9%
Aluguéis	(19.850)	(16.842)	17,9%	(17.875)	11,0%	(37.725)	(32.041)	17,7%
Concessionárias	(8.893)	(8.988)	-1,1%	(7.084)	25,5%	(15.977)	(14.977)	6,7%
Serviços de terceiros e outros	(7.826)	(5.921)	32,2%	(3.884)	101,5%	(11.710)	(9.132)	28,2%

Os custos caixa dos serviços (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R$138,1 milhões no 2T17, representando uma variação de 7,3% em relação ao 2T16. Os componentes mais significativos dos custos dos serviços aumentaram no trimestre, principalmente, pelos motivos abaixo relacionados:

a) Os custos de pessoal e encargos do 2T17 apresentaram acréscimo de 4,7% em comparação ao 2T16. Esse aumento é decorrente principalmente do dissídio de aproximadamente 8% concedido durante o ano de 2016 que foi parcialmente compensado pelo aumento da produtividade em sala de aula da Companhia houve pelo impacto não-recorrente, referente a multa de FGTS e encargos referentes a otimização de pessoal no montante de R$3,5 milhões nesse trimestre. Ao analisarmos essa linha na análise gerencial observamos que os custos de pessoal ficam praticamente estáveis entre os dois trimestres, denotando o ganho de eficiência operacional.

b) A linha de aluguéis apresentou variação de 17,9%, passando de R$16,8 milhões no 2T16 para R$19,9 milhões no 2T17, em virtude da atualização da inflação sobre os contratos antigos, dos aluguéis variáveis de unidades que aumentaram o faturamento e dos aluguéis das novas unidades, com destaque para o início do contrato de locação no Rio de Janeiro que se trata de um imóvel de maior porte e que gerou despesas pré-operacionais de R$0,6 milhão no trimestre, referentes à parcela locada e não utilizada do imóvel. Esses efeitos foram mitigados pela

suspensão de locação por 12 meses de contratos de aluguel de imóveis pertencentes à empresa em que o Acionista Controlador detém participação majoritária, conforme anunciado no *press release* de resultados do 2T16.

c) A linha de concessionárias apresentou uma redução de 1,1%, apesar do aumento do número de unidades operacionais e da inauguração de novos prédios de expansão de operações como em Aracaju e Salvador, teve impacto minimizado pela da redução das bandeiras tarifárias, devolução de imóveis ocorrida no ano passado, além de iniciativas para redução de custos com energia elétrica anunciadas em dezembro de 2015, e de redução nos custos de telefonia principalmente na UNAMA.

Serviços de terceiros apresentou aumento de 32,2% e passou de R$5,9 milhões no 2T16 para R$7,8 milhões no 2T17, em função do aumento do volume de prestadores de serviços contratados para implantação e melhoria de processos e atividades da Companhia e nas novas unidades, principalmente na UNIVERITAS Rio de Janeiro.

A tabela abaixo apresenta os custos operacionais gerenciais, que ajustam os custos pelos efeitos não-recorrentes e pré-operacionais.

Composição dos Custos dos Serviços Prestados[1] - Gerencial (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**(131.616)**	**(127.062)**	**3,6%**	**(114.700)**	**14,7%**	**(244.174)**	**(233.985)**	**4,4%**
Pessoal e encargos	(95.647)	(96.929)	-1,3%	(86.457)	10,6%	(179.962)	(179.453)	0,3%
Aluguéis	(19.250)	(15.224)	26,4%	(17.275)	11,4%	(36.525)	(30.423)	20,1%
Concessionárias	(8.893)	(8.988)	-1,1%	(7.084)	25,5%	(15.977)	(14.977)	6,7%
Serviços de terceiros e outros	(7.826)	(5.921)	32,2%	(3.884)	101,5%	(11.710)	(9.132)	28,2%

Lucro Bruto

Lucro Bruto - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Receita Operacional Líquida	**326.240**	**289.600**	**12,7%**	**308.820**	**5,6%**	**635.060**	**574.725**	**10,5%**
Custos dos serviços prestados	(148.219)	(137.909)	7,5%	(123.916)	19,6%	(272.135)	(253.887)	7,2%
Lucro Bruto	**178.021**	**151.691**	**17,4%**	**184.904**	**-3,7%**	**362.925**	**320.838**	**13,1%**
Margem Bruta	54,6%	52,4%	2,2 p.p.	59,9%	-5,3 p.p.	57,1%	55,8%	1,3 p.p.
(-) Depreciação	10.153	9.229	10,0%	8.336	21,8%	18.489	18.284	1,1%
Lucro Bruto Caixa	**188.174**	**160.920**	**16,9%**	**193.240**	**-2,6%**	**381.414**	**339.122**	**12,5%**
Margem Bruta Caixa	57,7%	55,6%	2,1 p.p.	62,6%	-4,9 p.p.	60,1%	59,0%	1,1 p.p.

O lucro bruto caixa aumentou 16,9%, passando de R$160,9 milhões no 2T16 para R$188,2 milhões no 2T17. A margem bruta caixa alcançou 57,7% no 2T17, ficando 2,1p.p. acima da margem do 2T16, quando alcançou em 55,6%, o que demonstra que o ganho de eficiência operacional oriundo de melhor produtividade em sala de aula como resultado da nova matriz curricular implantada em 2015, ganhos de sinergia das aquisições da UNG e da UNAMA e crescimento orgânico da base de alunos total.

A tabela abaixo apresenta o lucro bruto ajustado pelos efeitos não-recorrentes e custos e despesas pré-operacionais relativos à expansão do EAD e novas unidades.

Lucro Bruto - Gerencial (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Receita Operacional Líquida	**326.240**	**289.600**	**12,7%**	**308.820**	**5,6%**	**635.060**	**574.725**	**10,5%**
Custos dos serviços prestados	(141.769)	(136.291)	4,0%	(123.036)	15,2%	(262.663)	(252.269)	4,1%
Lucro Bruto Ajustado	**184.471**	**153.309**	**20,3%**	**185.784**	**-0,7%**	**372.397**	**322.456**	**15,5%**
Margem Bruta	56,5%	52,9%	3,6 p.p.	60,2%	-3,6 p.p.	58,6%	56,1%	2,5 p.p.
(-) Depreciação	10.153	9.229	10,0%	8.336	21,8%	18.489	18.284	1,1%
Lucro Bruto Caixa Ajustado	**194.624**	**162.538**	**19,7%**	**194.120**	**0,3%**	**390.886**	**340.740**	**14,7%**
Margem Bruta Caixa	59,7%	56,1%	3,5 p.p.	62,9%	-3,2 p.p.	61,6%	59,3%	2,3 p.p.

Despesas Operacionais (Comerciais, Gerais e Administrativas)

Despesas Operacionais - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Despesas Gerais e Administrativas	**(93.432)**	**(75.672)**	**23,5%**	**(85.059)**	**9,8%**	**(178.491)**	**(145.613)**	**22,6%**
Pessoal e encargos	(31.949)	(26.566)	20,3%	(30.990)	3,1%	(62.939)	(52.734)	19,4%
Serviços Prestados por Pessoa Física e Jurídica	(7.849)	(7.325)	7,2%	(7.119)	10,3%	(14.968)	(14.131)	5,9%
Publicidade	(15.824)	(13.381)	18,3%	(20.742)	-23,7%	(36.566)	(29.058)	25,8%
Materiais de Expediente e Aplicados	(4.877)	(4.028)	21,1%	(4.124)	18,3%	(9.001)	(7.193)	25,1%
PDD	(15.169)	(13.058)	16,2%	(7.303)	107,7%	(22.472)	(19.448)	15,5%
Outros	(11.426)	(5.732)	99,3%	(8.589)	33,0%	(20.015)	(12.010)	66,7%
Depreciação e Amortização	(6.338)	(5.582)	13,5%	(6.192)	2,4%	(12.530)	(11.039)	13,5%
Resultado Operacional	**85.084**	**80.169**	**6,1%**	**99.203**	**-14,2%**	**184.287**	**179.175**	**2,9%**
Despesas Gerais e Administrativas (Ex-Depreciação e Amortização)	**(87.094)**	**(70.090)**	**24,3%**	**(78.867)**	**10,4%**	**(165.961)**	**(134.574)**	**23,3%**

As despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 23,5%, passando de R$75,7 milhões no 2T16, para R$93,4 milhões no 2T17, principalmente, em virtude de:

a) As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram uma ampliação de 20,3% em relação ao 2T16, em virtude de (i) acréscimo médio de aproximadamente 8% na base de salários do pessoal administrativo da Companhia, (ii) despesas não-recorrentes referentes a rescisão de funcionários no valor de R$1,1 milhão incorridos no trimestre e (iii) despesas pré-operacionais relativas a contratação de funcionários para as operações de EAD e novas unidades aprovadas durante o 1T17 e 2T17 no montante de R$2,3 milhões. Excluindo esses fatores, a rubrica totaliza R$28,2 milhões e conforme pode ser observado na tabela que analisa esse resultado de forma gerencial (expurgando os efeitos não-recorrentes e pré-operacionais), a despesa se apresenta praticamente estável como percentual da receita líquida.

b) A linha de serviços prestados atingiu R$7,8 milhões no 2T17, com uma variação de 7,2% em relação ao 2T16, quando atingiu R$7,3 milhões, impactada principalmente pelo aumento da contratação de prestadores de serviços no total de R$0,3 milhão para as novas unidades, em especial no Rio de Janeiro.

c) As despesas com publicidade foram 18,3% maiores na comparação trimestral. Esse crescimento deve-se principalmente à estratégia de captação adotada nesse trimestre focada na atração de alunos regulares, bem como despesas consideradas pela Companhia como pré-operacionais no montante de R$2,7 milhões, relativas a elaboração e lançamento da marca UNIVERITAS, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e lançamento do EAD da UNINASSAU, que incluiu dentre outras atividades de divulgação a contratação de figuras conhecidas do grande público como Sergio Groisman e Tite. Excluindo esse montante, as despesas de publicidade tiveram redução de 2,0% e passaram de 4,9% da receita líquida para 4,0%, sendo esse efeito líquido das iniciativas de lançamento da nova marca. Essa redução reflete a mudança da estratégia para atração de alunos que passou a

direcionar mais esforços de captação por meio de equipe comercial e mídias online, além da própria diluição dessas despesas em função do crescimento da base de receita líquida, tendo o efeito combinado reduzido essa linha de despesas como percentual da receita líquida.

d) A PDD apresentou um aumento de 16,2%, saindo de R$13,1 milhões no 2T16 para R$15,2 milhões no 2T17, embora o percentual da receita líquida tenha se mantido em linha quando comparamos o 2T17 (4,6%) contra o 2T16 (4,5%). O aumento nominal da PDD ocorreu devido a maior inadimplência de alunos em virtude do atual cenário econômico brasileiro.

e) Outras despesas tiveram aumento de 99,3% e passaram de R$5,7 milhões no 2T16 para R$11,4 milhões no 2T17, em virtude do aumento de despesas com serviços e viagens em decorrência do maior volume de processos de credenciamentos e abertura de unidades e polos EAD.

A tabela abaixo apresenta as despesas gerais e administrativas em uma visão gerencial, que ajusta as despesas pelos efeitos não-recorrentes e pré-operacionais.

Despesas Operacionais - Gerencial (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Despesas Gerais e Administrativas	**(89.338)**	**(71.963)**	**24,1%**	**(77.381)**	**15,5%**	**(168.861)**	**(140.375)**	**20,3%**
Pessoal e encargos	(30.826)	(23.967)	28,6%	(26.513)	16,3%	(59.481)	(49.773)	19,5%
Serviços Prestados por Pessoa Física e Jurídica	(7.594)	(6.927)	9,6%	(6.268)	21,2%	(13.862)	(13.047)	6,2%
Publicidade	(13.108)	(13.381)	-2,0%	(18.392)	-28,7%	(31.500)	(29.058)	8,4%
Materiais de Expediente e Aplicados	(4.877)	(4.028)	21,1%	(4.124)	18,3%	(9.001)	(7.193)	25,1%
PDD	(15.169)	(13.058)	16,2%	(7.303)	107,7%	(22.472)	(19.448)	15,5%
Outros	(11.426)	(5.020)	127,6%	(8.589)	33,0%	(20.015)	(10.817)	85,0%
Depreciação e Amortização	(6.338)	(5.582)	13,5%	(6.192)	2,4%	(12.530)	(11.039)	13,5%
Resultado Operacional Gerencial	**95.629**	**80.496**	**18,8%**	**107.761**	**-11,3%**	**203.390**	**181.030**	**12,4%**
Despesas Gerais e Administrativas (Ex-Depreciação e Amortização)	**(83.000)**	**(66.381)**	**25,0%**	**(71.189)**	**16,6%**	**(156.331)**	**(129.336)**	**20,9%**

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Lucro (Prejuízo) Líquido[1]	**64.895**	**63.759**	**1,8%**	**80.225**	**-19,1%**	**145.120**	**149.672**	**-3,0%**
(+) Resultado financeiro líquido[2]	21.613	14.696	47,1%	17.689	22,2%	39.302	25.719	52,8%
(+) Imposto de renda e contribuição social	(1.424)	1.714	-183,1%	1.289	-210,5%	(135)	3.784	-103,6%
(+) Depreciação e Amortização	16.491	14.811	11,3%	14.528	13,5%	31.019	29.323	5,8%
EBITDA[3]	**101.575**	**94.980**	**6,9%**	**113.731**	**-10,7%**	**215.306**	**208.498**	**3,3%**
Margem EBITDA	31,1%	32,8%	-1,7 p.p.	36,8%	-5,7 p.p.	33,9%	36,3%	-2,4 p.p.
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades[5]	6.091	5.444	11,9%	5.566	9,4%	11.657	13.235	-11,9%
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes[6]	4.655	327	1323,3%	2.615	78,0%	7.270	1.855	291,9%
(-) Aluguéis mínimos pagos[7]	(9.750)	(9.750)	0,0%	(9.750)	0,0%	(19.500)	(19.500)	0,0%
EBITDA Ajustado[4]	**102.571**	**91.001**	**12,7%**	**112.162**	**-8,6%**	**214.733**	**204.088**	**5,2%**
Margem EBITDA Ajustada	31,4%	31,4%	0,0 p.p.	36,3%	-4,9 p.p.	33,8%	35,5%	-1,7 p.p.
(+) Custos e Despesas Pré-Operacionais	5.890	-	0,0%	5.943	-0,9%	11.833	-	0,0%
Pessoal	2.319	-	0,0%	2.142	8,2%	4.461	-	0,0%
Serviços Prestados por Pessoa Física e Jurídica	255	-	0,0%	851	-70,0%	1.106	-	0,0%
Marketing	2.716	-	0,0%	2.350	15,6%	5.066	-	0,0%
Aluguel	600	-	0,0%	600	0,0%	1.200	-	0,0%
EBITDA Normalizado[8]	**108.461**	**91.001**	**19,2%**	**118.105**	**-8,2%**	**226.566**	**204.088**	**11,0%**
Margem EBITDA Normalizada	33,2%	31,4%	1,8 p.p.	38,2%	-5,0 p.p.	35,7%	35,5%	0,2 p.p.

1. Em função da nossa adesão ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido.
2. Corresponde à diferença entre receita e despesa financeira.
3 EBITDA não é uma medida contábil.
4 O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não-recorrentes e (c) os aluguéis mínimos pagos.
5 Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo nosso resultado financeiro, líquido, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades correspondentes aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.
6. Os custos e despesas não-recorrentes são compostos principalmente por gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa.
7. Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo nosso EBITDA, compondo o EBITDA ajustado
8. EBITDA Normalizado dos efeitos não-recorrentes e dos custos e despesas pré-operacionais

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o período 2T17 somou R$102,6 milhões, apresentando um aumento de 12,7% quando comparado com o 2T16, quando atingiu R$91,0 milhões. A margem EBITDA ajustada encerrou o segundo trimestre de 2017 em 31,4%, em linha com o 2T16, quando também ficou em 31,4%.

A estabilidade da margem EBITDA Ajustada no trimestre deve-se principalmente aos custos e despesas pré-operacionais que somaram R$5,9 milhões. Excluindo-se esse efeito, a margem passa a ser de 1,8 p.p. maior, quando analisamos o EBITDA Normalizado.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
(+) Receita Financeira	**17.238**	**19.955**	**-13,6%**	**20.126**	**-14,3%**	**37.364**	**46.652**	**-19,9%**
Juros sobre Mensalidades e Acordos	6.091	5.444	11,9%	5.566	9,4%	11.657	13.235	-11,9%
Rendimentos de aplicações financeiras	8.757	6.847	27,9%	10.701	-18,2%	19.458	14.711	32,3%
Outros	2.390	7.664	-68,8%	3.859	-38,1%	6.249	18.706	-66,6%
(-) Despesa Financeira	**(38.851)**	**(34.651)**	**12,1%**	**(37.815)**	**2,7%**	**(76.666)**	**(72.371)**	**5,9%**
Despesas de Juros	(9.174)	(15.713)	-41,6%	(11.886)	-22,8%	(21.060)	(30.659)	-31,3%
Juros de Arrendamentos Mercantis	(8.446)	(8.593)	-1,7%	(8.486)	-0,5%	(16.932)	(17.224)	-1,7%
Descontos Concedidos	(12.350)	(3.990)	209,5%	(10.298)	19,9%	(22.648)	(12.109)	87,0%
Variação Monetária Passiva	(3.300)	(4.049)	-18,5%	(3.665)	-10,0%	(6.965)	(8.119)	-14,2%
Outros	(5.581)	(2.306)	142,0%	(3.480)	60,4%	(9.061)	(4.260)	112,7%
Resultado Financeiro	**(21.613)**	**(14.696)**	**47,1%**	**(17.689)**	**22,2%**	**(39.302)**	**(25.719)**	**52,8%**

As receitas financeiras reduziram 13,6%, passando de R$20,0 milhões no 2T16 para R$ 17,2 milhões no 2T17, em função da redução das outras receitas financeiras, face a (i) redução do reconhecimento de receita financeira sobre o saldo devedor do contas a receber do FIES de R$7 milhões no 2T16 para R$2,5 milhões no 2T17, (ii) efeito recorrente da provisão para recolhimento de PIS/COFINS sobre a receita financeira, que nesse trimestre foi de aproximadamente R$0,8 milhão, iniciado a partir do 3T16, uma vez que a Companhia teve cassada uma decisão liminar que a protegia do recolhimento de PIS e COFINS estabelecido pelo Decreto nº 8.426, de 1 de abril de 2016 e (iii) reclassificação de R$0,8 milhão da reversão dos juros sobre o financiamento junto ao IFC alocados ao imobilizado que até o 3T16 eram classificados como outras receitas financeiras e a partir do 4T16 passaram a ser classificados como dedução das despesas de juros, cujos impactos foram compensados pelo aumento dos juros sobre mensalidades e acordos em virtude do efeito combinado do aumento da base de alunos e do ticket médio e pelo aumento na linha de rendimentos de aplicações financeiras que aumentaram 27,9% em função do aumento do saldo de disponibilidades entre os dois trimestres.

As despesas financeiras passaram de R$34,7 milhões no 2T16, para R$38,9 milhões no 2T17. Na comparação dos dois períodos, essa variação decorreu, principalmente de:

a) Despesas de juros reduziram 41,6%, passando de 15,7 milhões no 2T16 para 9,2 milhões no 2T17, em virtude principalmente da reclassificação da reversão dos juros sobre o financiamento junto ao IFC alocados ao imobilizado, conforme mencionado em “Receitas Financeiras” logo acima, além da queda da taxa do CDI e do saldo total de endividamento.

b) A linha Descontos Concedidos apresentou um aumento de 209,5%, ficando em R$12,4 milhões no 2T17, ante R$4,0 milhões no 2T16, em decorrência do maior volume de renegociação de alunos em processo de rematrícula e acordos para recuperação de alunos com atrasos superiores a 180 dias que já estavam na PDD.

c) Variação monetária passiva corresponde à remuneração financeira dos compromissos a pagar da aquisição da UNG, principalmente, apresentou uma redução de 18,5%, passando de R$4,0 milhão no 2T16 para R$3,3 milhões no 2T17, devido à amortização do saldo de compromissos a pagar no 2T17.

Em decorrência dos fatores expostos acima, o resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R$21,6 milhões no 2T17 contra uma despesa de R$14,7 milhões no 2T16, um aumento de 47,1%.

A tabela abaixo apresenta o resultado financeiro em uma visão gerencial, que ajusta esse resultado pelos efeitos não-recorrentes das outras receitas financeiras e das despesas de juros.

Resultado Financeiro - Gerencial (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
(+) Receita Financeira	**17.238**	**19.955**	**-13,6%**	**20.126**	**-14,3%**	**37.364**	**46.652**	**-19,9%**
Juros sobre Mensalidades e Acordos	6.091	5.444	11,9%	5.566	9,4%	11.657	13.235	-11,9%
Rendimentos de aplicações financeiras	8.757	6.847	27,9%	10.701	-18,2%	19.458	14.711	32,3%
Outros	2.390	7.664	-68,8%	3.859	-38,1%	6.249	18.706	-66,6%
(-) Despesa Financeira	**(38.851)**	**(34.651)**	**12,1%**	**(37.815)**	**2,7%**	**(76.666)**	**(72.371)**	**5,9%**
Despesas de Juros	(9.174)	(15.713)	-41,6%	(11.886)	-22,8%	(21.060)	(30.659)	-31,3%
Juros de Arrendamentos Mercantis	(8.446)	(8.593)	-1,7%	(8.486)	-0,5%	(16.932)	(17.224)	-1,7%
Descontos Concedidos	(12.350)	(3.990)	209,5%	(10.298)	19,9%	(22.648)	(12.109)	87,0%
Variação Monetária Passiva	(3.300)	(4.049)	-18,5%	(3.665)	-10,0%	(6.965)	(8.119)	-14,2%
Outros	(5.581)	(2.306)	142,0%	(3.480)	60,4%	(9.061)	(4.260)	112,7%
Resultado Financeiro	**(21.613)**	**(14.696)**	**47,1%**	**(17.689)**	**22,2%**	**(39.302)**	**(25.719)**	**52,8%**

Lucro Líquido

Lucro Líquido - Contábil (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Lucro Operacional	**85.084**	**80.169**	**6,1%**	**99.203**	**-14,2%**	**184.287**	**179.175**	**2,9%**
(+) Resultado Financeiro	(21.613)	(14.696)	47,1%	(17.689)	22,2%	(39.302)	(25.719)	52,8%
(+) IR / CS do Exercício	1.338	(1.887)	-170,9%	(1.376)	-197,2%	(38)	(3.957)	-99,0%
(+) IR / CS Diferidos	86	173	-50,3%	87	-1,1%	173	173	0,0%
Lucro Líquido	**64.895**	**63.759**	**1,8%**	**80.225**	**-19,1%**	**145.120**	**149.672**	**-3,0%**
Margem Líquida	19,9%	22,0%	-2,1 p.p.	26,0%	-6,1 p.p.	22,9%	26,0%	-3,2 p.p.

O lucro operacional atingiu R$85,1 milhões no 2T17, apresentando uma variação de 6,1% em relação ao 2T16, quando alcançou R$80,2 milhões.

O imposto de renda e contribuição social no trimestre foi positivo em R$1,3 milhão ante uma despesa de R$1,9 milhão no 2T16, essa variação ocorreu em virtude de um efeito não-recorrente relativo a recuperação de tributos de exercícios anteriores no montante de R$ 2,8 milhões ocorrido no trimestre.

O lucro líquido passou de R$63,8 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2016, para R$64,9 milhões no mesmo período de 2017, representando um aumento de 1,8%. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do 2T17 atingiu 19,9%, 2,1 p.p. abaixo do 2T16, que foi de 22,0%. O lucro líquido normalizado pelos efeitos não-recorrentes e pelas despesas pré-operacionais do trimestre de R$72,9 milhões, com uma margem líquida de 22,3%.

A tabela abaixo apresenta o lucro líquido em uma visão gerencial, que ajusta o resultado pelos efeitos não-recorrentes. Vale lembrar que a Companhia continua a apurar sua distribuição de dividendos pelos resultados contábeis apresentados de acordo com o IFRS.

Lucro Líquido - Gerencial (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	1T17	Var. (%) 2T17 x 1T17	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Lucro Operacional	**95.629**	**80.496**	**18,8%**	**107.761**	**-11,3%**	**203.390**	**181.030**	**12,4%**
(+) Resultado Financeiro	(21.613)	(14.696)	47,1%	(17.689)	22,2%	(39.302)	(25.719)	52,8%
(+) IR / CS do Exercício	(1.235)	(1.896)	-34,8%	(1.511)	-18,3%	(2.830)	(2.772)	2,1%
(+) IR / CS Diferidos	86	173	-50,3%	87	-1,1%	173	173	0,0%
Lucro Líquido Normalizado	**72.866**	**64.078**	**13,7%**	**88.648**	**-17,8%**	**161.430**	**152.713**	**5,7%**
Margem Líquida	22,3%	22,1%	0,2 p.p.	28,7%	-6,4 p.p.	25,4%	26,6%	-1,2 p.p.

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução de Contas e Prazo Médio a Receber (Valores em R$ ('000))	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	2T17
Contas a Receber Bruto	**555.192**	**558.237**	**493.125**	**449.869**	**521.491**	**507.405**
Mensalidades de alunos	73.334	76.245	60.406	84.309	87.714	97.934
FIES	397.502	391.752	342.054	281.518	331.719	314.277
PRONATEC	7.791	6.343	6.021	5.474	5.224	-
Acordos a receber	58.411	54.861	64.647	60.889	80.184	73.553
Créditos Educativos a Receber	10.229	9.616	9.333	10.799	11.113	13.596
Outros	7.925	19.420	10.664	6.880	5.537	8.045
Saldo PDD	(41.330)	(37.029)	(40.854)	(44.613)	(46.048)	(51.612)
Contas a Receber Líquido	**513.862**	**521.208**	**452.271**	**405.256**	**475.443**	**455.793**
Receita Liquida (Últimos 12 meses - FIES+Ex-FIES+Pronatec)	**1.048.075**	**1.064.511**	**1.096.490**	**1.125.380**	**1.149.075**	**1.185.715**
Dias do Contas a Receber Líquido (FIES+Ex-FIES+Pronatec)	177	176	148	130	149	138
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	505.215	522.979	542.526	540.902	552.413	566.656
Dias do Contas a Receber Líquido (FIES)	283	270	227	187	216	200
Dias do Contas a Receber de Mensalidades de alunos + Acordos a Receber	72	79	81	94	101	100
Dias do Contas a Receber de Mensalidades de alunos + Acordos a Receber + Créditos Educativos a Receber	77	85	87	101	108	108

O saldo de contas a receber líquido apresentou uma redução de 9,1% comparado ao 2T16, em virtude principalmente da redução nas contas a receber do FIES e do aumento da PDD, parcialmente compensada pelo aumento do contas a receber de alunos, de acordos a receber e de créditos educativos a receber.

O giro de contas a receber de alunos ex-FIES, continua sob controle e dentro da política da Companhia de provisionar 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES.

Aging de Mensalidades de Alunos (Valores em R$ ('000))	2T17	A.V. (%)	4T16	A.V. (%)
Vencidas até 30 dias	19.360	19,8%	18.639	22,1%
Vencidas de 31 a 60 dias	15.625	16,0%	14.472	17,2%
Vencidas de 61 a 90 dias	14.864	15,2%	13.245	15,7%
Vencidas de 91 a 180 dias	24.099	24,6%	18.015	21,4%
Vencidas há mais de 180 dias	23.986	24,5%	19.938	23,6%
TOTAL	**97.934**	**100,0%**	**84.309**	**100,0%**
% sobre o Contas a Receber Bruto	19,3%		18,7%	

Aging dos Acordos a Receber (Valores em R$ ('000))	2T17	A.V. (%)	4T16	A.V. (%)
A vencer	17.670	24,0%	14.923	24,5%
Vencidas até 30 dias	11.876	16,1%	8.092	13,3%
Vencidas de 31 a 60 dias	8.785	11,9%	7.035	11,6%
Vencidas de 61 a 90 dias	7.807	10,6%	6.157	10,1%
Vencidas de 91 a 180 dias	13.950	19,0%	12.258	20,1%
Vencidas há mais de 180 dias	13.465	18,3%	12.424	20,4%
TOTAL	**73.553**	**100,0%**	**60.889**	**100,0%**
% sobre o Contas a Receber Bruto	14,5%		13,5%	

Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Pode-se observar na tabela acima que 24,0% dos acordos estavam a vencer.

A tabela abaixo mostra a evolução de nossa PDD no período de 31 de dezembro de 2016 a 30 de junho de 2017:

Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE (Valores em R$ ('000))	31/12/2016	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Baixa	30/06/2017
Total	44.613	22.472	(15.473)	51.612

Investimento (CAPEX)

CAPEX (Valores em R$ ('000))	6M17	% do Total	6M16	% do Total
CAPEX Ex-Aquisições	**63.130**	**100,0%**	**34.101**	**100,0%**
Aquisição de Imóveis / Construção / Reforma de Campi	29.892	47,3%	19.267	56,5%
Equipamentos / Biblioteca / TI	25.261	40,0%	7.925	23,2%
Licença MEC	1.622	2,6%	1.470	4,3%
Licenças de *Software*	4.563	7,2%	3.780	11,1%
Intangíveis e Outros	1.792	2,8%	1.659	4,9%
Pagamento de Dívida de Aquisições (Compromissos a Pagar)	**38.549**		**15.885**	
Total CAPEX e Pagamento de Dívida de Aquisições	**101.679**		**49.986**	

No período de 6M17, a Companhia investiu R$29,9 milhões para reforma de campi, principalmente nas cidades de Caruaru, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em aquisições de equipamentos, biblioteca e TI, o valor de R$25,3 milhões foi investido principalmente em compra de livros (títulos e publicações), para compor bibliotecas em unidades operacionais, e equipamentos de TI.

O total de R$38,5 milhões em pagamentos de dívidas referentes a aquisições anteriores (compromissos a pagar), que são registrados no fluxo de caixa como atividade de investimento, foi destinado principalmente ao pagamento da aquisição da UNG.

Endividamento

Endividamento (Valores em R$ ('000))	30/06/2017	31/12/2016	Var. (%) Jun17 x Dez16
Disponibilidades	**341.315**	**399.583**	**-14,6%**
Endividamento bruto	**(437.077)**	**(517.723)**	**-15,6%**
Empréstimos e Financiamentos	(299.926)	(348.788)	-14,0%
Curto prazo	(92.413)	(99.259)	-6,9%
Longo prazo	(207.513)	(249.529)	-16,8%
Compromissos a pagar *	(137.151)	(168.935)	-18,8%
Caixa (dívida) líquido	**(95.762)**	**(118.140)**	**-18,9%**
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	0,26	0,33	

*Compromissos a pagar são referentes a aquisições realizadas e ainda não liquidadas.

O total de caixa e equivalentes totalizou R$341,3 milhões, uma redução de 14,6% comparado ao 4T16. Essa redução deve-se basicamente ao efeito combinado de pagamento do endividamento bruto que reduziu 15,6% passando de R$517,7 milhões para R$437,1 milhões, ao maior volume de pagamento de dividendos que passou de R$23,1 milhões no 2T16 para R$34,2 milhões no 2T17 em virtude da maior rentabilidade do negócio e à aceleração dos investimentos visando fazer frente ao plano de expansão que passou de R$34,1 milhões para R$63,1 milhões,

tendo sido esses efeitos parcialmente compensados pela maior geração operacional de caixa que aumentou 17,4% no período de R$105,2 milhões para R$123,5 milhões.

O endividamento da Companhia deve-se, principalmente, aos compromissos relacionados às aquisições, e pela emissão de duas dívidas de longo prazo com as seguintes características: (i) Financiamento com o IFC pelo prazo de 7 anos no valor R$120,0 milhões com taxa de CDI+2,05% ao ano e pagamentos semestrais a partir de 15 de abril de 2017, vencendo-se em 15 de abril de 2022 (ii) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, no total de R$150,0 milhões, com taxa de CDI+2,5% a.a., prazo de cinco anos e pagamentos mensais a partir de fevereiro de 2017 até o vencimento final em julho de 2020. Em 30 de junho de 2017, o Grupo Ser Educacional possuía um endividamento bruto de R$437,1 milhões, uma redução de 15,6% em comparação aos R$517,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016, em função do pagamento da 2ª parcela da aquisição da UNG e ao início do pagamento do empréstimo com IFC e das debêntures**.**

No 2T17, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R$95,8 milhões, o que representa um índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA doze meses) de 0,26x comparado a 0,33x no 4T16.

Cronograma da Dívida (Valores em R$ ('000))	Empréstimos e Financiamentos	A.V. (%)	Compromissos a Pagar	A.V. (%)	Debêntures	A.V. (%)	Total	A.V. (%)
Curto Prazo	**49.607**	**29,3%**	**78.134**	**57,0%**	**42.806**	**32,7%**	**170.547**	**39,0%**
Longo Prazo	**119.602**	**70,7%**	**59.017**	**43,0%**	**87.911**	**67,3%**	**266.530**	**61,0%**
Entre um e dois anos	43.957	26,0%	28.719	20,9%	42.168	32,3%	114.844	26,3%
Entre dois e três anos	23.530	13,9%	30.298	22,1%	42.168	32,3%	95.996	22,0%
Entre três e quatro anos	23.530	13,9%	-	0,0%	3.575	2,7%	27.105	6,2%
Entre quatro e cinco anos	23.542	13,9%	-	0,0%	-	0,0%	23.542	5,4%
Acima de cinco anos	5.043	3,0%	-	0,0%	-	0,0%	5.043	1,2%
Total da Dívida	**169.209**	**100,0%**	**137.151**	**100,0%**	**130.717**	**100,0%**	**437.077**	**100,0%**

Em relação ao cronograma da dívida, 39,0% correspondem à dívida de curto prazo, demonstrando que a Companhia possui prazos adequados para amortização de seu endividamento, além de um nível de alavancagem financeira confortável.

Fluxo de Caixa

No 2T17, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R$17,6 milhões, obtendo uma geração de caixa no período de R$123,5 milhões com as atividades operacionais. Essa geração de caixa operacional foi parcialmente compensada com a utilização de R$31,0 milhões nas atividades de investimento (conforme descrito na seção CAPEX), R$23,3 milhões nas atividades de financiamento, além de R$34,2 milhões com o pagamento de dividendos referentes ao exercício 2016 e R$30,4 milhões com o pagamento de juros de financiamentos e compromissos a pagar e de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Geração de Caixa (Valores em R$ ('000))	2T17	2T16	Var. (%) 2T17 x 2T16	6M17	6M16	Var. (%) 6M17 x 6M16
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Caixa gerado pelas atividades operacionais	123.513	105.173	17,4%	170.937	107.639	58,8%
(-) Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(30.998)	(18.269)	69,7%	(101.679)	(49.986)	103,4%
(+) Títulos e Valores Mobiliários	13.070	(14.380)	-190,9%	64.951	30.098	115,8%
(+) Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(57.560)	(36.668)	57,0%	(63.890)	(41.176)	55,2%
Atividades de Financiamento	(23.326)	(13.551)	72,1%	(29.656)	(18.059)	64,2%
Pagamento de Dividendos	(34.234)	(23.117)	48,1%	(34.234)	(23.117)	48,1%
(+) Pagamento de Juros	(29.093)	(23.696)	22,8%	(60.659)	(46.215)	31,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.337)	(3.368)	-60,3%	(2.977)	(4.594)	-35,2%
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**17.595**	**8.792**	**100,1%**	**6.683**	**(4.234)**	**-257,8%**
Demonstração do aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	-	-	0,0%	62.036	69.999	-11,4%
No fim do período	17.595	8.792	100,1%	68.719	65.765	4,5%
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**17.595**	**8.792**	**100,1%**	**6.683**	**(4.234)**	**-257,8%**
Variação das Disponibilidades Financeiras	**4.525**	**23.172**	**-80,5%**	**(58.268)**	**(34.332)**	**69,7%**

SOBRE O GRUPO SER EDUCACIONAL

Fundado em 2003 e com sede no Recife, o Grupo Ser Educacional (BM&FBOVESPA SEER3, Bloomberg SEER3:BZ e Reuters SEER3.SA) é um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados. A Companhia oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e ensino a distância e está presente em 20 estados, em uma base consolidada de mais de 158 mil alunos. A Companhia opera sob as marcas Faculdades Maurício de Nassau, UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau, UNINABUCO - Centro Universitário Joaquim Nabuco, Faculdades UNINABUCO, Escolas Técnicas Joaquim Nabuco e Maurício de Nassau, UNG/UNIVERITAS, UNAMA – Universidade da Amazônia e Faculdade da Amazônia e UNIVERITAS – Centro Universitário Universus Veritas e Faculdades UNIVERITAS, por meio das quais oferece mais de 1.260 cursos.

Este comunicado pode conter considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento do Grupo Ser Educacional. Estas são apenas projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração do Grupo Ser Educacional. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de fatores externos, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pelo Grupo Ser Educacional e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades principais o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de ensino, de graduação presencial e à distância, pós-graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresarias, no Brasil.

O Grupo possui ainda vinte e quatro empresas constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada, entre elas duas universidades, três centros universitários, 49 faculdades e 18 polos de ensino à distância (EAD), constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados. A Companhia está presente em 19 estados e no Distrito Federal, com uma base consolidada de aproximadamente 158,1 mil alunos, operando sob as marcas Faculdades Maurício de Nassau, UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau, Faculdades Joaquim Nabuco, Escolas Técnicas Joaquim Nabuco e Maurício de Nassau, FIT – Faculdades Integradas dos Tapajós, UNG (Universidade Guarulhos), UNAMA (Universidade da Amazônia) e UNIVERITAS, por meio das quais oferece mais de 1.300 cursos.

Além das 300 unidades novas aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) no 1º semestre de 2017, em 26 de março de 2017, o MEC publicou a portaria nº 11, que definiu novas regras para abertura de polos de EAD com base nos credenciamentos da operação e nas notas do Conceito Institucional (CI). Nesse contexto, a Companhia poderá abrir 300 polos por ano a partir de 2017 em função dos atuais credenciamentos da Uninassau Recife e da UNG.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco. É listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3 onde negocia suas ações ordinárias. Recentemente a Fitch Rating elevou o rating de longo prazo em escala nacional da Companhia de "A+(bra)" para "AA-(bra)", com perspectiva estável.

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo emitidas após sua aprovação pelo Conselho de Administração e subsequente exame pelo Conselho Fiscal, em 3 de agosto de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão demonstradas na seção F, Nota Explicativa 30. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

As práticas contábeis adotadas na preparação da informação trimestral de 30 de junho de 2017 são as mesmas descritas na Nota 29 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser lidas em conjunto

2.1 Base de preparação

As informações intermediárias relativas ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras intermediárias foram preparadas conforme CPC 21 – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Seção B – Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Vide Nota 26.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, no final do exercício, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 30.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas externos e revisadas pela administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhado na nota 11(e) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação do valor justo dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual.

(d) Provisão para devedores duvidosos

A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(e) Intangíveis de vida útil definida e indefinida

A Companhia possui intangíveis identificados oriundos de combinações de negócios, sendo eles licenças, que possuem vida útil indefinida, e carteira de clientes e marcas, que possuem vida útil definida. As licenças referem-se aos certificados obtidos junto aos órgãos reguladores para que as atividades de ensino possam ser exercidas e são emitidas em caráter definitivo, sendo por isso tratadas como vida útil indefinida. No caso das marcas e carteira de clientes entende-se que sua vida útil é aproximada ao ciclo de entrada e saída dos alunos, ou seja, de 4 a 5 anos.

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados que possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 30.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinados ativos intangíveis é feita pela administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

(f) Arrendamentos mercantis

A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades da Companhia, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada.

(g) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos financeiros que fazem parte das operações da Companhia, são avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancário (CDI). O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES.

A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

A administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 9 (e) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com a seguinte prática: os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras e fundos de investimentos com rating institucional de ao menos: Standard & Poor's - brBBB, Fitch Ratings – BBB(br) e Moody's – Baa1.br.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem aos fluxos de caixa não descontados e projetados conforme as taxas apresentadas no Relatório Focus da última semana dos períodos correspondentes.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2017				
Empréstimos e financiamentos	60.050	58.048	86.640	5.438
Debêntures	56.370	51.458	49.822	
Arrendamento Mercantil	23.473	24.570	52.635	378.704
Compromissos a pagar	862			
	140.755	134.076	189.097	384.142
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	70.047	63.310	109.273	18.370
Debêntures	63.129	57.432	76.965	
Arrendamento Mercantil	23.565	24.763	53.363	418.241
Compromissos a pagar	2.132			
	158.873	145.505	239.601	436.611

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2017				
Empréstimos e financiamentos	61.763	58.188	86.640	5.438
Debêntures	56.370	51.458	49.822	
Arrendamento Mercantil	40.819	42.726	91.530	735.895
Compromissos a pagar	78.134	39.818	42.008	
	237.086	192.190	270.000	741.333
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	72.857	63.978	109.273	18.370
Debêntures	63.129	57.432	76.965	
Arrendamento Mercantil	40.979	43.061	92.796	811.522
Compromissos a pagar	75.627	37.742	81.826	
	252.592	202.213	360.860	829.892

(d) Risco regulatório

A análise do risco regulatório no setor educacional serve de instrumento para a tomada de decisão por parte do mantenedor, visando melhorar o desempenho da instituição pela identificação de oportunidades de ganhos e de redução de probabilidade e impacto de perdas.

A Companhia possui análise periódica de riscos regulatórios, principalmente (i) redução ou perda das vagas relativas ao FIES, (ii) extinção do PROUNI e (iii) descredenciamento de mantenças e/ou cursos, visando mitigar ou minimizar os impactos dos mesmos, e não espera perdas relevantes decorrentes de mudanças no ambiente regulatório.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	30 de junho de 2017	**31 de dezembro de 2016**
Total de empréstimos e financiamentos bancários	169.209	196.298
Total de debêntures	130.717	152.490
Total de compromissos a pagar	137.151	168.935
Caixa e equivalentes de caixa	(68.719)	(62.036)
Títulos e valores mobiliários	(272.596)	(337.547)
Dívida líquida	95.762	118.140
Total do patrimônio líquido	1.095.520	950.400
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	1.191.282	1.068.540
Índice de alavancagem financeira	8,0%	11,1%

Quando analisamos a alavancagem financeira considerando os créditos parcelados do FIES (Nota 9(b)) como item de liquidez por se tratar de recebível proveniente de acordo judicial, demonstramos que a Companhia apresenta situação de caixa líquido para ambos os períodos, conforme abaixo:

	Consolidado	
	30 de junho de 2017	**31 de dezembro de 2016**
Total de empréstimos e financiamentos bancários	169.209	196.298
Total de debêntures	130.717	152.490
Total de compromissos a pagar	137.151	168.935
Caixa e equivalentes de caixa	(68.719)	(62.036)
Títulos e valores mobiliários	(272.596)	(337.547)
Créditos parcelados FIES	(196.278)	(190.498)
Dívida/ (caixa) líquido	(100.516)	(72.358)
Total do patrimônio líquido	1.095.520	950.400
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	1.095.520	950.400

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.
Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 30 de junho de 2017, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros e indicadores de inflação acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade dos indexadores CDI, TJLP e IGP-M com cada cenário.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Cenários de Elevação dos Indexadores		
Operações	**Risco**	**(I)**	**(II)**	**(III)**
Ativo				
Aplicações Financeiras 63.995	CDI	10,14% 6.489	12,68% 8.111	15,21% 9.734
Títulos e Valores Mobiliários 272.596	CDI	10,14% 27.641	12,68% 34.552	15,21% 41.462
Passivo				
Financiamentos - Capital de Giro 40.510	CDI	10,14% 4.108	12,68% 5.135	15,21% 6.162
Finame 15.328	TJLP	7,00% 1.073	8,75% 1.341	10,50% 1.609
IFC 110.801	CDI	10,14% 11.235	12,68% 14.044	15,21% 16.853
Debêntures 130.717	CDI	10,14% 13.255	12,68% 16.568	15,21% 19.882
Compromissos a pagar 41.669	CDI	10,14% 4.225	12,68% 5.282	15,21% 6.338
Compromissos a pagar 95.482	IGP-M	-0,78% (745)	-0,62% (596)	-0,52% (497)
Posição Líquida		(979)	(889)	(848)

		Cenários de Queda dos Indexadores		
Operações	**Risco**	**(I)**	**(II)**	**(III)**
Ativo				
Aplicações Financeiras 63.995	CDI	10,14% 6.489	7,61% 4.867	5,07% 3.245
Títulos e Valores Mobiliários 272.596	CDI	10,14% 27.641	7,61% 20.731	5,07% 13.821
Passivo				
Financiamentos - Capital de Giro 40.510	CDI	10,14% 4.108	7,61% 3.081	5,07% 2.054
Finame 15.328	TJLP	7,00% 1.073	5,25% 805	3,50% 536
IFC 110.801	CDI	10,14% 11.235	7,61% 8.426	5,07% 5.618
Debêntures 130.717	CDI	10,14% 13.255	7,61% 9.941	5,07% 6.627
Compromissos a pagar 41.669	CDI	10,14% 4.225	7,61% 3.169	5,07% 2.113
Compromissos a pagar 95.482	IGP-M	-0,78% (745)	-1,04% (993)	-1,56% (1.490)
Posição Líquida		(979)	(1.169)	(1.607)

Considerando as projeções da economia divulgadas pelo governo, na qual inclui a queda dos juros e da inflação oficiais, corroborada por economistas do mercado financeiro, a Companhia avalia o Cenário II da queda dos indexadores como o mais provável.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção C – Informações por segmento

5 Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior presencial, o Grupo está organizado e é gerenciado em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pelo Grupo, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

6 Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Grupo e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %		Indiretas %	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (i)			100,00	100,00
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES (i)			100,00	100,00
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (ii)			100,00	100,00
Sociedade Universitária Mileto Ltda. (ii)			100,00	100,00
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	99,99	100,00	100,00
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES são controladas indiretas da Companhia através do Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.

(ii) A Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. e a Sociedade Universitária Mileto Ltda. são controladas indiretas da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.

O período de abrangência das demonstrações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela Companhia em diante.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Investimentos(Controladora):

					30/06/2017		
	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	Goodwill (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	14.436	3.675	14.436	4.140	18.576
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	395	87	395		395
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	126.616	1.482	126.616		126.616
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.123	717	2.123		2.123
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	28.234	7.096	28.234	4.362	32.596
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	236.211	57.801	236.211		236.211
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	2.521	1.555	2.521		2.521
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	33.441	6.253	33.441	5.125	38.566
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	52.240	4.493	52.240	8.405	60.645
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	775	(1.428)	775		775
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	42.799	5.106	43.297	1.043	44.340
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	28.377	14.137	29.638	959	30.597
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina	99,99	100,00	13.581	6.321	17.011	8.662	25.673
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	11.761	8.741	11.761		11.761
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba	99,99	100,00	19.294	9.758	23.615	5.360	28.975
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99					
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00				120	120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	6.934	2.515	9.384	573	9.957
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	1.333	(151)	1.333	2.232	3.565
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	99,99	100,00	2.921	(649)	5.821	3.521	9.342
Aquisição de Mantenças							
Faculdade Decisão - FADE				(10)	2.250	1.028	3.278
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA				1.200	3.000		3.000
Total Controladas Diretas			623.992	128.699	644.102	45.530	689.632
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA		100,00	36.994	36.019	116.800	92.134	208.934
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT		100,00	485		16.600	5.320	21.920
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG		100,00	28.577	(2.349)	113.600	43.591	157.191
Sociedade Universitária Mileto Ltda. - FAMIL		100,00	818	32	4.500	1.346	5.846
Aquisição de Mantenças Indiretas							
Sociedade Metodista Bennet					10.000		
Total Controladas Indiretas			66.874	33.702	251.500	142.391	393.891
Total do Goodwill						187.921	

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					31/12/2016		
	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	Goodwill (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	10.758	4.152	10.758	4.140	14.898
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	309	89	309		309
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	93.756	23.204	93.756		93.756
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.123	999	2.123		2.123
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	24.971	14.175	24.971	4.362	29.333
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	217.121	101.502	217.121		217.121
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.834	3.355	1.834		1.834
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	29.392	17.596	29.392	5.125	34.517
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	49.642	5.395	49.642	8.405	58.047
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.014	(2.153)	1.014		1.014
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	37.665	2.816	38.188	1.043	39.231
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	21.947	23.245	23.208	959	24.167
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina	99,99	100,00	9.317	9.872	12.798	8.662	21.460
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	8.794	11.142	8.794		8.794
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba	99,99	100,00	12.435	14.461	16.825	5.360	22.185
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99					
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00				120	120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	4.408	691	6.868	573	7.441
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	1.338	(811)	1.338	2.232	3.570
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	99,99	100,00	3.078	(2.082)	6.018	3.521	9.539
Aquisição de Mantenças							
Faculdade Decisão - FADE				(20)	2.260	1.028	3.288
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA				(600)	1.800		1.800
Total Controladas Diretas			529.902	227.028	549.017	45.530	594.547
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA		100,00	58.824	60.362	117.224	92.134	209.358
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT		100,00	8.362	5.480	16.662	5.320	21.982
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG		100,00	24.527	11.073	138.127	43.591	181.718
Sociedade Universitária Mileto Ltda. - FAMIL		100,00	818	207	5.318	1.346	6.664
Total Controladas Indiretas			92.531	77.122	277.331	142.391	419.722
Total do Goodwill						187.921	

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
No início do período	594.547	533.140
Aumento de capital	33.133	27.187
Participação nos lucros de subsidiárias	128.699	227.028
Dividendos recebidos de subsidiárias	(66.907)	(194.421)
Outros	160	1.613
No final do período	689.632	594.547

A Companhia homologou o aumento do capital social das controladas e também aprovou a distribuição de lucros das subsidiárias através da compensação dos saldos de conta corrente com as mesmas em 30 de junho de 2017. Os montantes capitalizados e distribuídos estão demonstrados conforme segue:

Controlada	Aumento de Capital	Distribuição de Dividendos
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.		(2.206)
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda		(38.724)
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	144	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	452	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	31.348	
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.		(1.973)
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.		(3.839)
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda		(7.724)
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP		(2.108)
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.		(5.779)
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.		(2.969)
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	1.189	
EDUCRED - Adm de Crédito Educ. e Cobrança		(717)
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		(868)
Total 2017	33.133	(66.907)
Total 2016	27.187	(194.421)

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

7 **Instrumentos financeiros por categoria**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes	958	1.190	4.724	5.131
Contas a receber de clientes	161.364	147.630	455.793	405.256
	162.322	148.820	460.517	410.387
Mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes	60.901	53.287	63.995	56.905
Títulos e valores mobiliários	272.596	337.547	272.596	337.547
	333.497	390.834	336.591	394.452
	495.819	539.654	797.108	804.839
Passivos financeiros registrados ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	167.507	193.177	169.209	196.298
Debêntures	130.717	152.490	130.717	152.490
Arrendamentos mercantis	142.311	144.143	246.968	249.535
Partes relacionadas	25.059	11.191		
Fornecedores	13.150	12.805	31.494	29.734
Compromissos a pagar	862	2.132	137.151	168.935
	479.606	515.938	715.539	796.992

O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Numerários em caixa	52	55	155	171
Bancos - conta corrente	906	1.135	4.569	4.960
Aplicações financeiras	60.901	53.287	63.995	56.905
Caixa e equivalentes de caixa	61.859	54.477	68.719	62.036
Aplicações Financeiras	272.596	337.547	272.596	337.547
Títulos e Valores Mobiliários	272.596	337.547	272.596	337.547
Total	334.455	392.024	341.315	399.583

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são compostas por: fundos de investimentos de Renda Fixa, conservadores, com papéis indexados ao DI e com carteiras majoritariamente aplicadoras em títulos públicos e papéis de instituições financeiras, além de compromissadas com lastro em debêntures, sendo produtos pertencentes às carteiras das instituições financeiras, sem risco para o grupo, e CDB, sendo eles títulos emitidos por instituições financeiras, todas demonstradas abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Tipo	Remuneração	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Compromissadas	De 98,50% a 102% do CDI	1.391	36.547	4.429	39.520
CDB	De 100,0% a 101,20% do CDI	59.510	16.740	59.566	17.385
	Aplicações financeiras	60.901	53.287	63.995	56.905
Compromissadas	De 99,0% a 102% do CDI	108.106	192.800	108.106	192.800
Fundos de Investimentos	De 100,73% a 104,82% do CDI	164.490	144.747	164.490	144.747
	Títulos e valores mobiliários	272.596	337.547	272.596	337.547

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Mensalidades de alunos (a)	28.347	26.221	97.934	84.309
FIES a Receber (b)	118.692	107.731	314.277	281.518
Acordos a receber (c)	21.311	16.743	73.553	60.889
Creditos educativos a receber (d)	5.922	5.714	13.596	10.799
Outros	4.778	6.060	8.045	12.354
Total	179.050	162.469	507.405	449.869
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(17.686)	(14.839)	(51.612)	(44.613)
	161.364	147.630	455.793	405.256
(-) Circulante	(106.831)	(95.154)	(316.295)	(272.773)
Não circulante	54.533	52.476	139.498	132.483

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber e saldo renegociado do FIES, conforme Nota 9 (b), com prazos superiores a 365 dias.

(a) Mensalidades de alunos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição dos vencimentos dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Vencidas até 30 dias	5.115	6.563	19.360	18.639
Vencidas de 31 a 60 dias	4.167	4.474	15.625	14.472
Vencidas de 61 a 90 dias	4.063	4.141	14.864	13.245
Vencidas de 91 a 180 dias	7.236	5.189	24.099	18.015
Vencidas há mais de 180 dias	7.766	5.854	23.986	19.938
	28.347	26.221	97.934	84.309

Parte do fluxo mensal do contas a receber de mensalidade de alunos é dada em garantia de empréstimos e financiamentos da companhia junto ao Internacional Finance Corporation (IFC) (Nota 15(b)) em montante equivalente a 25% do saldo da dívida.

(b) FIES a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Créditos Parcelados (i)	77.493	75.211	196.278	190.498
Valores não parcelados (ii)	41.199	32.520	117.999	91.020
Créditos FIES a Receber	118.692	107.731	314.277	281.518
(-) Circulante	(67.061)	(57.622)	(183.511)	(154.605)
Não circulante	51.631	50.109	130.766	126.913

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

(i) Em 3 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou o termo de acordo judicial firmado entre as IES associadas à ABRAES e a União Federal para recebimento dos créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015. Os recebimentos serão efetuados em três parcelas anuais com vencimento até junho de cada ano, corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo recebimento. A primeira parcela foi recebida em agosto de 2016 e a segunda parcela, já com recompra efetuada pelo FNDE de R$ 65.966 em julho de 2017, tem previsão para recebimento no início do mês de agosto de 2017.

(ii) Referem-se às parcelas do FIES pendentes de repasse pelo governo, compostas basicamente por parte das mensalidades de junho de 2017 e valores residuais de meses anteriores.

Os saldos dos créditos parcelados da Controladora e do Consolidado estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente que em 30 de junho de 2017 monta a R$ 1.303 e R$ 3.300, respectivamente (2016 – R$ 2.269 e R$ 5.747).

(c) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Companhia, que oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
A vencer	4.694	3.704	17.670	14.923
Vencidas até 30 dias	3.774	2.255	11.876	8.092
Vencidas de 31 a 60 dias	2.507	1.936	8.785	7.035
Vencidas de 61 a 90 dias	2.262	1.670	7.807	6.157
Vencidas de 91 a 180 dias	4.330	3.605	13.950	12.258
Vencidas há mais de 180 dias	3.744	3.573	13.465	12.424
	21.311	16.743	73.553	60.889

(d) Créditos educativos

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundacred (Fundação de Crédito Educativo) e Educred, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Credito educativo a receber				
Fundacred e Educred	5.922	5.714	13.596	10.799
	5.922	5.714	13.596	10.799
(-) Circulante	(3.020)	(3.301)	(4.864)	(4.623)
Não circulante	2.902	2.367	8.732	5.570

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição dos vencimentos dos saldos de crédito educativo a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
A vencer	4.671	4.476	11.447	8.879
Vencidas até 30 dias	143	193	243	331
Vencidas de 31 a 60 dias	113	138	195	208
Vencidas de 61 a 90 dias	115	107	211	169
Vencidas de 91 a 180 dias	349	300	652	466
Vencidas há mais de 180 dias	531	500	848	746
	5.922	5.714	13.596	10.799

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considera a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 dias, conforme o ciclo semestral de matrícula, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal. A PCLD foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida.

O cálculo da PCLD para alunos que possuem o crédito educativo do FIES foi realizado da seguinte forma:

(i) Para alunos FIES com fiador, e sem FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo: foi constituída provisão para o percentual de 4,05% do contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 27% de inadimplência.
(ii) Para os financiamentos garantidos pelo FGEDUC: sobre o risco não coberto foi constituída provisão para os 10% de responsabilidade das mantenedoras sobre os 15% de risco de crédito e considerada uma estimativa de 27% de inadimplência, ou seja, 0,405%.

Em adição à política supramencionada, a Companhia realiza uma análise detalhada do contas a receber, através do qual não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade, além de efetuar baixa definitiva dos créditos considerados incobráveis dos títulos vencidos há mais de 360 dias trimestralmente.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
No inicio do período / exercício	14.839	15.314	44.613	45.743
Baixa de créditos incobráveis / renegociados	(2.817)	(14.503)	(15.473)	(49.862)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	5.664	14.028	22.472	48.732
No final do período / exercício	17.686	14.839	51.612	44.613

Há ainda saldos vencidos há menos de 181 dias, não atendendo ao critério para provisão e, portanto, ainda não sujeitos ao provisionamento de perda conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Vencidas até 30 dias	9.032	9.011	31.479	27.062
Vencidas de 31 a 60 dias	6.787	6.548	24.605	21.715
Vencidas de 61 a 90 dias	6.440	5.918	22.882	19.571
Vencidas de 91 a 180 dias	11.915	9.094	38.701	30.739
	34.174	30.571	117.667	99.087

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributos a recuperar (Circulante)				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.711	3.699	6.313	4.721
Imposto sobre serviço - ISS	1.353	1.521	4.257	4.170
Pis e cofins a compensar	881	1.090	1.345	1.786
Outros	9	9	80	81
	5.954	6.319	11.995	10.758
Tributos a recolher				
Imposto de renda retido na fonte	1.060	1.362	5.134	6.125
Imposto sobre serviço - ISS	2.099	1.871	7.484	6.628
Parcelamento de tributos	1.361	1.526	2.300	2.488
PIS e COFINS	212	264	411	559
IPTU a recolher	72		277	30
Outros	138	70	535	451
	4.942	5.093	16.141	16.281
(-) Circulante	(3.995)	(3.993)	(14.728)	(14.620)
Não circulante	947	1.100	1.413	1.661

Notas Explicativas
Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

(a) Controladora

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	Total
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo inicial	538	13.958	2.830	2.702		2.724	897	23.649
Aquisições	29	5.628	2.877	1.275		2.821	1.232	13.862
Baixas			(814)					(814)
Amortização		(4.312)	(1.512)	(65)		(815)	(312)	(7.016)
Saldo contábil, líquido	567	15.274	3.381	3.912		4.730	1.817	29.681
Em 31 de dezembro de 2016								
Custo	567	26.188	7.836	4.899	828	6.007	2.129	48.454
Amortização acumulada		(10.914)	(4.455)	(987)	(828)	(1.277)	(312)	(18.773)
Saldo contábil, líquido	567	15.274	3.381	3.912		4.730	1.817	29.681
Em 30 de junho de 2017								
Saldo inicial	567	15.274	3.381	3.912		4.730	1.817	29.681
Aquisições		4.562	1.049	150		714	770	7.245
Baixas do custo		(190)	(181)			(11)	(80)	(462)
Amortização		(2.624)	(871)	(59)		(630)	(274)	(4.458)
Saldo contábil, líquido	567	17.022	3.378	4.003		4.803	2.233	32.006
Em 30 de junho de 2017								
Custo	567	30.560	8.704	5.049	828	6.710	2.819	55.237
Amortização acumulada		(13.538)	(5.326)	(1.046)	(828)	(1.907)	(586)	(23.231)
Saldo contábil, líquido	567	17.022	3.378	4.003		4.803	2.233	32.006

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações *de software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	*Goodwill*	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro de 2016										
Saldo inicial	580	15.944	15.919	2.766	197	2.723	915	191.447	201.615	432.106
Aquisições	30	5.898	4.255	1.342		2.821	1.232	974		16.552
Reclassificações oriundas das combinações de negócios								(4.500)	4.500	
Baixas			(932)							(932)
Amortização		(4.867)	(3.185)	(71)		(815)	(316)		(3.627)	(12.881)
Saldo contábil, líquido	610	16.975	16.057	4.037	197	4.729	1.831	187.921	202.488	434.845
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	610	33.882	25.368	5.030	1.025	6.006	2.147	187.921	209.228	471.217
Amortização acumulada		(16.907)	(9.311)	(993)	(828)	(1.277)	(316)		(6.740)	(36.372)
Saldo contábil, líquido	610	16.975	16.057	4.037	197	4.729	1.831	187.921	202.488	434.845
Em 30 de junho de 2017										
Saldo inicial	610	16.975	16.057	4.037	197	4.729	1.831	187.921	202.488	434.845
Aquisições		4.563	1.622	166		715	769			7.835
Transferências (i)			(10.000)						10.000	
Baixas do custo		(190)	(456)	(45)		(11)	(80)			(782)
Baixas da amortização									1.350	1.350
Amortização		(2.884)	(1.701)	(62)		(630)	(274)		(1.550)	(7.101)
Saldo contábil, líquido	610	18.464	5.522	4.096	197	4.803	2.246	187.921	212.288	436.147
Em 30 de junho de 2017										
Custo	610	38.255	16.534	5.151	1.025	6.710	2.836	187.921	219.228	478.270
Amortização acumulada		(19.791)	(11.012)	(1.055)	(828)	(1.907)	(590)		(6.940)	(42.123)
Saldo contábil, líquido	610	18.464	5.522	4.096	197	4.803	2.246	187.921	212.288	436.147

(i) A Companhia revisou a classificação da licença de operação da Sociedade Metodista Bennett, que passou a ser apresentada como Intangível Identificado em Aquisições a partir de 31 de março de 2017.

(c) ***Goodwill***

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	4.140	4.140
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	8.405	8.405
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	4.362	4.362
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	5.125	5.125
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	1.043	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	959	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	8.662	8.662
Sociedade de Ensino Superior Piauiense	5.360	5.360
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	120	120
Faculdade Decisão - FADE	1.028	1.028
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	573	573
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	2.232	2.232
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	92.135	92.135
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	5.320	5.320
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	43.590	43.590
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	3.521	3.521
Sociedade Universitária Mileto Ltda	1.346	1.346
	187.921	187.921

O *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos possui vida útil indefinida, sujeitando-se ao teste de recuperabilidade efetuado anualmente. Vide item (e) desta nota explicativa.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Intangíveis identificados em aquisições

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	30 de junho de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Licenças de cursos (i)	Marcas (ii)	Carteira de Clientes (ii)	Total	Licenças de cursos (i)	Marcas (ii)	Carteira de Clientes (ii)	Total
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	467		200	667	667			667
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	1.261			1.261	1.261			1.261
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	4.404	508		4.912	4.404	508		4.912
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	5.996	692		6.688	5.996	692		6.688
Faculdade Decisão - FADE	2.200	100		2.300	2.200	100		2.300
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	2.400	100		2.500	2.400	100		2.500
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA	3.000			3.000	3.000			3.000
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	2.700	400		3.100	2.700	400		3.100
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA	45.500	12.100	800	58.400	45.500	12.100	800	58.400
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES	7.600	700		8.300	7.600	700		8.300
Sociedade Universitária Mileto Ltda	4.500			4.500	4.500			4.500
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	90.600	17.400	5.600	113.600	90.600	17.400	5.600	113.600
Sociedade Metodista Bennett	10.000			10.000				
Total	180.628	32.000	6.600	219.228	170.828	32.000	6.400	209.228
Amortização acumulada		(3.612)	(3.328)	(6.940)	(1.383)	(2.830)	(2.527)	(6.740)
	180.628	28.388	3.272	212.288	169.445	29.170	3.873	202.488

(i) As licenças de cursos adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(ii) As marcas e carteira de clientes adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização, sendo a taxa média anual de marcas de 4% e de carteira de clientes de 20%.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em premissas financeiras aprovadas pela administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

O teste de recuperação dos ativos foi efetuado em 31 de dezembro de 2016. Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 não identificamos fatores internos ou externos que sugerissem a necessidade de reexecução dos mesmos.

12 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2016											
Saldo inicial	11.334	145.465	119.629	19.247	24.087	9.671	15.235	3.797	348.465	12.656	361.121
Aquisições	2.576	13.065		4.187	151	1.347	2.301		23.627	12.064	35.691
Transferências		7.116							7.116	(7.116)	
Reclassificação	416	(20.768)		(416)				20.768		(1.006)	(1.006)
Baixas do custo	(1.099)								(1.099)		(1.099)
Baixas da depreciação	767								767		767
Depreciação	(3.586)	(5.993)	(7.361)	(2.593)	(1.753)	(1.519)	(2.131)		(24.936)		(24.936)
Saldo contábil, líquido	10.408	138.885	112.268	20.425	22.485	9.499	15.405	24.565	353.940	16.598	370.538
Em 31 de dezembro de 2016											
Custo	21.293	164.143	149.668	31.193	26.318	15.280	27.478	24.565	459.938	16.598	476.536
Depreciação acumulada	(10.885)	(25.258)	(37.400)	(10.768)	(3.833)	(5.781)	(12.073)		(105.998)		(105.998)
Saldo contábil, líquido	10.408	138.885	112.268	20.425	22.485	9.499	15.405	24.565	353.940	16.598	370.538
Em 30 de junho de 2017											
Saldo inicial	10.408	138.885	112.268	20.425	22.485	9.499	15.405	24.565	353.940	16.598	370.538
Aquisições	2.274	5.044		4.389	73	511	1.920		14.211	19.378	33.589
Transferências	81	7.046		(93)		12		692	7.738	(7.738)	
Baixas do custo					(62)				(62)	(1.351)	(1.413)
Baixas da depreciação					33				33		33
Depreciação	(1.885)	(3.598)	(3.680)	(1.465)	(883)	(807)	(1.154)		(13.472)		(13.472)
Saldo contábil, líquido	10.878	147.377	108.588	23.256	21.646	9.215	16.171	25.257	362.388	26.887	389.275
Em 30 de junho de 2017											
Custo	23.648	176.233	149.668	35.489	26.329	15.803	29.398	25.257	481.825	26.887	508.712
Depreciação acumulada	(12.770)	(28.856)	(41.080)	(12.233)	(4.683)	(6.588)	(13.227)		(119.437)		(119.437)
Saldo contábil, líquido	10.878	147.377	108.588	23.256	21.646	9.215	16.171	25.257	362.388	26.887	389.275
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,0	10	20				

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2016											
Saldo inicial	18.947	221.769	219.908	54.533	24.333	19.529	32.095	3.837	594.951	17.548	612.499
Aquisições	3.607	24.240		10.783	268	3.770	4.152		46.820	15.612	62.432
Transferência		7.812							7.812	(7.812)	
Reclassificação	323	(20.768)		(323)				20.768		(2.640)	(2.640)
Baixas do custo	(1.114)				(212)				(1.326)		(1.326)
Baixas da depreciação	767				181				948		948
Depreciação	(5.857)	(9.688)	(12.800)	(8.528)	(1.855)	(3.027)	(5.641)		(47.396)		(47.396)
Saldo contábil, líquido	16.673	223.365	207.108	56.465	22.715	20.272	30.606	24.605	601.809	22.708	624.517
Em 31 de dezembro de 2016											
Custo	46.142	262.737	258.242	97.630	27.371	37.245	65.665	24.605	819.637	22.708	842.345
Depreciação acumulada	(29.469)	(39.372)	(51.134)	(41.165)	(4.656)	(16.973)	(35.059)		(217.828)		(217.828)
Saldo contábil, líquido	16.673	223.365	207.108	56.465	22.715	20.272	30.606	24.605	601.809	22.708	624.517
Em 30 de junho de 2017											
Saldo inicial	16.673	223.365	207.108	56.465	22.715	20.272	30.606	24.605	601.809	22.708	624.517
Aquisições	4.045	10.338		13.317	142	2.373	5.526		35.741	19.354	55.095
Transferência	94	11.452		(127)		33		692	12.144	(12.144)	
Baixas do custo					(86)			(40)	(126)	(1.366)	(1.492)
Baixas da depreciação					57				57		57
Depreciação	(3.105)	(5.662)	(6.399)	(4.619)	(922)	(1.665)	(2.896)		(25.268)		(25.268)
Saldo contábil, líquido	17.707	239.493	200.709	65.036	21.906	21.013	33.236	25.257	624.357	28.552	652.909
Em 30 de junho de 2017											
Custo	50.281	284.527	258.242	110.820	27.427	39.651	71.191	25.257	867.396	28.552	895.948
Depreciação acumulada	(32.574)	(45.034)	(57.533)	(45.784)	(5.521)	(18.638)	(37.955)		(243.039)		(243.039)
Saldo contábil, líquido	17.707	239.493	200.709	65.036	21.906	21.013	33.236	25.257	624.357	28.552	652.909
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,5	10	20				

Os investimentos em obras em Andamento referem-se principalmente à reforma do bloco Trianon (Recife) e reforma e construção de novos blocos nos campi de Fortaleza e Caruaru. A baixa do custo refere-se a gastos com obras não incorporadas ao ativo imobilizado da Companhia.

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis

A Companhia e o Grupo possuem contratos de aluguéis que foram avaliados como arrendamento financeiro e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida do passivo, como segue:

				30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Tipo	Prazo de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios - Controladora	20 anos	149.668	(41.080)	108.588	112.268
Edifícios - Consolidado	20 anos	258.242	(57.533)	200.709	207.108

(c.ii) Garantia de bens

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings* e Finames) de veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática, os quais alienam fiduciariamente os bens adquiridos, em 30 de junho de 2017, a Controladora possuía R$ 26.340 e o Consolidado possuía R$ 33.875, relativos a garantia desses contratos. Adicionalmente, temos prédios, máquinas e equipamentos de informática dados em garantia de processos judiciais no montante total de R$ 12.620.

(d) Custo de empréstimos capitalizados

O Grupo possui em andamento a construção de novos projetos, relativos a novas unidades e reformas. Durante 2015 foram obtidos dois financiamentos para custear esses empreendimentos, cujo valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 30 de junho de 2017 é de R$ 1.350, registrados reduzindo a despesa de juros (2016 - R$ 2.796, registrados como receita financeira). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização representa a média ponderada dos referidos empréstimos.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores nacionais	12.931	12.765	30.704	29.529
Prestadores de serviços nacionais	219	40	790	205
	13.150	12.805	31.494	29.734

14 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)		200		200
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	862	1.932	137.151	168.735
	862	2.132	137.151	168.935
(-) Circulante	(862)	(2.132)	(78.134)	(80.047)
Não circulante			59.017	88.888

(a) Decorrente da aquisição de imóvel localizado na cidade de Fortaleza e aquisição de imóvel na cidade de Recife, que serão destinados a novas unidades.

(b) Compromissos decorrentes das aquisições seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
FAL	115	1.185	115	1.185
FASE	747	747	747	747
UNAMA e FIT (i)			41.670	41.670
UNG			93.719	124.233
FAMIL			900	900
	862	1.932	137.151	168.735

(i) O saldo inclui valores relativos a divergências na apuração de ressarcimentos do endividamento líquido e de contingências definidas contratualmente, que estão sendo discutidos em esfera competente e podem não ser integralmente pagos pela Companhia.

As parcelas apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Até um ano	862	1.932	78.134	79.847
Entre um e dois anos			28.719	28.058
Entre dois e três anos			30.298	29.601
Entre três e quatro anos				31.229
	862	1.932	137.151	168.735

15 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
IFC (i)	CDI + 2,05% a.a.	110.801	122.670	110.801	122.670
Capital de Giro	CDI + 3,04% a.a.	40.510	51.874	40.510	51.874
Finame	TJLP + 2,50% a 3,50% a.a.	15.147	16.362	15.328	16.693
Leasing	0,90% a 1,73% a.m.	1.049	2.271	2.570	5.061
		167.507	193.177	169.209	196.298
(-) Circulante		(48.054)	(53.257)	(49.607)	(55.764)
Não circulante		119.453	139.920	119.602	140.534

(i) Contrato de empréstimo com o International Finance Corporation (IFC)

Em 30 de junho de 2015, a Companhia firmou acordo de financiamento com o Internacional Finance Corporation para custear a construção dos campi de Aracaju (SE) e Fortaleza (CE); modernização e reforma dos campi existentes e novas aquisições. O montante financiado é de R$ 120.000 que foi liberado em 3 de agosto de 2015, com custos incorridos na captação de R$1.335. O prazo de pagamento é de sete anos, incluindo carência do principal de dois anos com pagamento de juros nos meses de abril e outubro de cada ano.

Embora trate-se de recursos oriundos no exterior em dólares americanos, o IFC vinculou a operação em reais, sem risco cambial para a Companhia.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

(b) Garantias

O Capital de Giro é garantido por aplicação financeira de 5% do valor principal, realizada em 4 de agosto de 2015 com saldo atualizado em 30 de junho de 2017 de R$ 9.106. Os Finames e Leasings referem-se principalmente a equipamentos de informática, veículos, televisores, condicionadores de ar, aeronave, entre outros e estão garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou recebíveis (Nota 12 (c.ii)). Para o IFC, a Companhia ofereceu garantias na forma de cessão fiduciária de créditos referentes a parte das mensalidades de alunos da Companhia e suas Controladas, representando 25% do total do saldo devedor do empréstimo.

(c) Classificação por ano de vencimento

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Entre um e dois anos	43.808	43.012	43.957	43.626
Entre dois e três anos	23.530	33.027	23.530	33.027
Entre três e quatro anos	23.530	23.530	23.530	23.530
Entre quatro e cinco anos	23.542	23.530	23.542	23.530
Acima de cinco anos	5.043	16.821	5.043	16.821
	119.453	139.920	119.602	140.534

O valor justo dos empréstimos é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital da Companhia, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

(d) Covenants (cláusulas restritivas)

O empréstimo com o IFC requer a manutenção de índices financeiros (covenants). Os “covenants” são calculados sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos trimestrais findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício social e serão exigidos até a data do vencimento final. Os índices financeiros são:

- Quociente da divisão do ativo circulante menos despesas antecipadas pelo passivo circulante, liquidez corrente, de no mínimo 1,2;
- Resultado do quociente da divisão da dívida bruta pelo EBTIDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 2,5; e
- Índice de custo do serviço da dívida futuro de no mínimo 1,2; este índice é calculado com base no quociente da divisão do lucro líquido (descontado pelos ajustes sem efeito no caixa) pela projeção de pagamento de juros e amortizações da dívida bruta nos próximos 12 meses.

No período encerrado em 30 de junho de 2017, os “covenants” relativos aos contratos de empréstimos foram observados e não apresentaram valores fora dos limites impostos.

No caso do capital de giro, é exigido a manutenção de apenas um “covenant”, dívida líquida sobre ebitda, cujo resultado não deve ser superior a 2.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Debêntures

Em 13 de julho de 2015, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Companhia nos termos da Instrução da CVM n.º 476. Os recursos captados serão utilizados para financiar os investimentos em projetos da Companhia e o saldo remanescente será utilizado para reforço de capital de giro. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidirão juros correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,50% ao ano.

A emissão das debêntures foi encerrada em 24 de julho de 2015, com valor nominal unitário de R$1.000, totalizando o montante de R$ 150.000 com custos incorridos de R$ 2.351. O prazo de pagamento é de cinco anos, incluindo carência do principal de dezoito meses com pagamento trimestral de juros nesse período, e mensal após a carência.

As debêntures emitidas pela Companhia requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), calculados sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas a cada exercício social findo em 31 de dezembro e são exigidos a partir de 2015 até data do vencimento final. O principal índice financeiro é o resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") ajustado, cujo valor resultante não deve ser superior a 2,5.

No período encerrado em 30 de junho de 2017, os "covenants" relativos aos contratos de emissão de debêntures foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites impostos.

O saldo e vencimento das parcelas estão demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante		
Até um ano	42.806	43.495
Não Circulante		
Entre um e dois anos	42.168	42.168
Entre dois e três anos	42.168	42.168
Entre três e quatro anos	3.575	24.659
	87.911	108.995
	130.717	152.490

O valor justo das debêntures é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital da Companhia, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

17 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Participação nos resultados	3.825	8.007	3.825	8.007
Salários a pagar	7.223	6.674	20.108	17.675
Encargos sociais	4.109	4.109	11.453	11.512
Provisão para férias e encargos	16.949	15.512	42.781	34.055
Provisão para 13º salário e encargos	5.884		15.653	
Outros	190	157	598	624
	38.180	34.459	94.418	71.873

18 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o Grupo possuem contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 12.

Os prazos dos contratos são de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices INCC ou IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos ou pelo valor justo das edificações e terrenos serem inferiores ao valor presente dos pagamentos mínimos de aluguel.

Os contratos foram calculados a valor presente por taxas equivalentes a de captação de transação com risco e natureza similar.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora			30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
Até um ano	22.426	(12.575)	9.852	9.642
Não circulante				
Entre um e dois anos	22.426	(12.575)	9.851	9.642
Entre dois e três anos	22.426	(12.575)	9.851	9.642
Entre três e quatro anos	22.426	(12.575)	9.851	9.642
Acima de quatro anos	239.255	(136.349)	102.906	105.575
	306.533	(174.074)	132.459	134.501
	328.959	(186.649)	142.311	144.143

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado			30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
Até um ano	38.998	(22.913)	16.085	15.737
Não circulante				
Entre um e dois anos	38.998	(22.913)	16.085	15.737
Entre dois e três anos	38.998	(22.913)	16.085	15.737
Entre três e quatro anos	38.998	(22.913)	16.085	15.737
Acima de quatro anos	453.893	(271.265)	182.628	186.587
	570.887	(340.004)	230.883	233.798
	609.885	(362.917)	246.968	249.535

19 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 125.213.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 30 de junho de 2017 o valor de R$ 377.048. A Companhia possui capital autorizado de R$ 600.000.

(b) Ações em tesouraria

Em 12 de janeiro de 2015, foi aprovada a aquisição de até 3.752.237 (três milhões, setecentas e cinquenta e duas mil, duzentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de Emissão da Companhia, para manutenção, cancelamento em tesouraria ou recolocação no mercado, sem redução do capital social, dentro do prazo de 365 dias a partir de 12 de janeiro de 2015, com encerramento em 11 de janeiro de 2016, na forma de programa de recompra.

Em 9 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a renovação do programa de recompra de ações até 9 de janeiro de 2018.

Até 30 de junho de 2017, foram adquiridas 377.500 ações no valor total de R$ 6.454, tendo sido deduzido do patrimônio líquido em "Ações em tesouraria". O custo médio ponderado destas ações adquiridas no período foi R$ 17,09.

(c) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía saldo registrado como reserva de capital.

(d) Reserva de incentivos fiscais

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía R$ 50.159 (R$ 44.567 - 2016) relativos à reserva de incentivos fiscais. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(e) Reserva legal

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía R$ 42.841 (R$ 35.585 - 2016) de reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(f) Retenção de lucros

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía R$ 499.654 (R$ 499.654 - 2016) de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela do lucro, destinada para conta de reserva de retenção de lucros para futuro investimento de capital, que é objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

(g) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. Os incentivos descritos no item 20.d. não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Com base em parecer jurídico, a Companhia adota a prática de não distribuir reservas de incentivos fiscais, uma vez que elas se destinam exclusivamente a aumentos de capital.

20 Receita líquida dos serviços prestados

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receita bruta da prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	262.614	227.206	806.002	691.719
Mensalidade de pós graduação	1.320	1.392	11.244	11.179
Mensalidade de EAD	11.957	6.409	14.105	6.943
Outras receitas	1.955	3.690	8.553	11.203
	277.846	238.697	839.904	721.044
Deduções da receita bruta				
Descontos e bolsas (i)	(25.825)	(14.342)	(90.173)	(49.995)
PROUNI	(23.219)	(19.671)	(68.648)	(58.422)
FGEDUC e encargos FIES (ii)	(8.453)	(5.717)	(22.806)	(15.008)
Impostos incidentes sobre serviços	(8.133)	(8.067)	(23.217)	(22.894)
	(65.630)	(47.797)	(204.844)	(146.319)
	212.216	190.900	635.060	574.725

(i) O aumento reflete o maior volume de descontos e bolsas em função das campanhas para captação de alunos do semestre; e
(ii) O aumento refere-se basicamente aos encargos educacionais instituídos pela Medida Provisória Nº 741 ("MP 741"), que impõe às instituições de ensino uma dedução adicional de 2% sobre o valor dos encargos estudantis liberados a partir do segundo semestre de 2016.

21 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Pessoal e encargos sociais (i)	52.576	49.857	188.234	179.453
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	3.270	3.140	6.784	6.925
Energia elétrica, água e telefone	6.727	6.201	15.977	14.977
Depreciação e amortização	8.667	8.590	18.489	18.284
Aluguéis (ii)	12.588	12.396	37.725	32.041
Outros	3.351	889	4.926	2.207
	87.179	81.073	272.135	253.887

(i) Aumento em função da implantação do EAD e estruturação das novas unidades, além do dissídio coletivo de empregados; e
(ii) Refere-se ao aluguel de novas unidades e correção contratual, além da transferência da locação de alguns imóveis da matriz para as unidades devidas, reclassificando-as de despesa para custo. (Nota 22 (iii)).

22 Despesas gerais e administrativas

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Pessoal e encargos sociais (i)	35.763	29.481	62.939	52.734
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	9.308	8.828	14.968	14.131
Comercial, publicidade e propaganda (ii)	18.593	15.846	36.566	29.058
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	5.664	5.514	22.472	19.448
Aluguéis (iii)		6.972		
Depreciação e amortização	9.263	6.757	12.530	11.039
Materiais de expediente	4.324	3.126	9.001	7.193
Tributos	1.421	1.162	2.940	2.907
Outros	9.522	5.142	17.075	9.103
	93.858	82.828	178.491	145.613

Aumento em função da implantação do EAD e estruturação das novas unidades, além do dissídio coletivo de empregados;

(i) Aumento devido ao reflexo do processo de captação para o ciclo 2017.2, que envolveu um número maior de unidades comparado ao mesmo período de 2016. Refere-se também à contratação de consultores para identificação de pólos para operação do EAD; e

(ii) Reclassificação em 2017 de aluguéis da matriz para outras coligadas (Nota 21 (ii).

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades e acordos	3.019	4.178	11.657	13.235
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	18.990	14.537	19.458	14.711
Descontos Obtidos	724	238	1.635	912
Variação monetária ativa (ii)	2.282	6.280	5.780	16.168
(-) Pis e COFINS s/ receita financeira (iii)	(1.152)		(1.736)	
Outros	350	1.594	570	1.626
	24.213	26.827	37.364	46.652
Despesas financeiras				
Despesas de juros (iv)	(20.601)	(28.708)	(21.060)	(30.659)
Juros de arrendamentos mercantis	(9.381)	(9.576)	(16.932)	(17.224)
Descontos concedidos (v)	(7.778)	(2.490)	(22.648)	(12.109)
Variação monetária passiva (vi)			(6.965)	(8.119)
Outros	(1.658)	(697)	(9.061)	(4.260)
	(39.418)	(41.471)	(76.666)	(72.371)
Despesa financeira, líquida	(15.205)	(14.644)	(39.302)	(25.719)

(i) Aumento refere-se aos rendimentos das aplicações dos recursos mantidos pela Companhia, que foram acrescidos pela geração de caixa de 2016, pelo recebimento da primeira parcela do acordo FIES em agosto de 2016, conforme Nota 9 (b), e pelo recebimento das parcelas do FIES relativas ao fluxo do segundo semestre de 2016;

(ii) Redução refere-se à diminuição na atualização monetária, devido ao recebimento da primeira parcela do acordo FIES em 2016 (Nota 9 (b)) e à reclassificação de parte dos saldos no segundo trimestre de 2016, além da redução do IPCA - índice em 2017;

(iii) Provisão do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras devido a revogação da liminar, em 22 de setembro de 2016, que a Companhia possuía para não recolhimento deste imposto;

(iv) Redução proveniente da queda da taxa de CDI e início da amortização das debêntures e IFC;
(v) Aumento refere-se as campanhas de negociação para acordos com alunos inadimplentes e pagamento antecipado dos alunos da UNG anteriores à compra da instituição; e
(vi) Refere-se basicamente à remuneração financeira dos compromissos a pagar das aquisições.

24 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Lucro Real

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.713	150.070	142.326	150.856
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	49.202	51.024	48.391	51.291
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Participação nos lucros de controladas	(43.758)	(47.889)		
Ajuste a valor presente do contas a receber	(328)		(832)	
Arrendamentos	628	570	1.303	1.563
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	249	442	615	1.041
Despesas não dedutíveis	1.293		4.698	
Reversão de contigências	(145)	(75)	(40)	(737)
Compensação de prejuízo fiscal	(1.264)		(1.848)	(3.503)
	5.877	4.072	52.287	49.655
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(5.592)	(3.674)	(50.343)	(46.177)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do	285	398	1.944	3.478

(b) Lucro Presumido

	Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receita bruta de vendas	2.485	4.402
Presunção 32%	795	1.409
Outras Receitas	1.864	1.191
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.659	2.600
Imposto de renda e contribuição social - 34%	904	479

Parte das operações de ensino superior de pós-graduação, ensino profissionalizante são realizadas pelo regime de lucro presumido das investidas da Companhia.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Lucro Real	144.713	150.070	142.326	150.856
Lucro Presumido			2.659	2.600
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.713	150.070	144.985	153.456
Imposto de renda e Contribuição Social				
Empresas optantes pelo regime de lucro real	285	398	1.944	3.478
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			904	479
Total IR e CS correntes	285	398	2.848	3.957
Alíquota efetiva	0,20%	0,27%	1,96%	2,58%

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
IR e CS - correntes	285	398	2.848	3.957
IR e CS - períodos anteriores (i)	(692)		(2.810)	
Total IR e CS	(407)	398	38	3.957

(i) Refere-se a recuperação de IR e CS de anos anteriores que foram reavaliados com base na opinião de assessores tributários.

25 Partes relacionadas

(a) Contas correntes com controladas

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivo		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	1.850	1.917
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.		3.764
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	231	287
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS		1.572
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.		688
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	388	2.963
	2.469	11.191

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Remuneração total do pessoal-chave da administração	4.638	2.737	4.638	2.737

(c) Outras transações

	Consolidado					
	30 de junho de 2017			30 de junho de 2016		
	Despesa	Pagamento	Passivo	Despesa	Pagamento	Passivo
Aluguéis - Oktus Participações Ltda (i)	12.905	23.929	140.226	13.741	24.764	143.709
Ações sociais (ii)	320			216		
	13.225	23.929	140.226	13.957	24.764	143.709

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa Oktus Participações Ltda., doravante denominada JJ Participações Ltda., pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz, pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados por igual período. A diferença entre a despesa e os pagamentos refere-se ao pagamento mínimo de arrendamento mercantil que é amortizado no passivo. No primeiro semestre de 2016 a Companhia e a Oktus acordaram a suspensão dos pagamentos de aluguéis de dois imóveis localizados em Recife a partir de março de 2016 e da correção monetária dos aluguéis dos demais imóveis a partir de julho de 2016.

(ii) A Companhia mantém o Instituto Ser Educacional, uma instituição sem fins lucrativos, com o intuito de realizar ações de responsabilidade social. Além disso, a Companhia desembolsa recursos esporádicos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

As transações efetuadas entre partes relacionadas são negociadas a valor de mercado.

26 Provisão para contingências

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Cível (a)	636	808	3.822	4.107
Trabalhista (b)	140	393	4.390	4.224
	776	1.201	8.212	8.331
Contingências indenizatórias (d)			112.015	112.015
	776	1.201	120.227	120.346

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão em 30 de junho de 2017 no montante de R$ 636 (2016 – R$ 808) para a controladora e de R$ 3.822 (2016 - R$ 4.107) para o consolidado. As principais ações classificadas como perda provável possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e inexistência de débitos perante as instituições da Companhia.

A Companhia também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas

com risco de perda possível para os quais não há previsão constituída, cujo valor em 30 de junho de 2017 é de R$ 2.206 (2016 - R$ 2.714) para a controladora e de R$ 25.819 (2016 - R$ 24.047) para o consolidado, cujas principais alegações são objeto das causas: (i) ações por negativações indevidas em órgãos de proteção ao crédito e manutenção indevida de negativação; (ii) ações por demora na emissão de diploma; (iii) ações por problemas no aditamento, matrícula, reembolso (não formação de turma) e transferência do FIES.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão em 30 de junho de 2017 no montante de R$ 140 (2016 - R$ 393) para a controladora e de R$ 4.390 (2016 - R$ 4.224) para o consolidado.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, para as quais não há provisão constituída. O valor em 30 de junho de 2017 é de R$ 8.496 (2016 -R$ 8.546) para a controladora e de R$ 40.785 (2016 - R$ 31.660) para o consolidado, cujas principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias.

(c) Tributário

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração não mantém provisão para a controladora, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, para as quais não há provisão constituída. O valor em 30 de junho de 2017 é de R$ 8.534 (2016 -R$ 8.545) para a controladora e de R$ 25.374 (2016 - R$ 22.577) para o consolidado (Vide também nota 26 (d)).

Dentre as principais ações e tributárias, podemos destacar:

a. 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo por divergências entre as informações prestadas sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 2.496.

b. 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, questionando a autuação fiscal que incluiu as bolsas do PROUNI na base de cálculo do ISS, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, ainda pendente de julgamento. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 305.

(d) Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios

Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R$ 3.249 reconhecido referente a processos do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda. - CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - CIESPI, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

Dentre as principais ações tributárias provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R$ 108.766 reconhecido referente às exposições tributárias da União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014. Dentre elas, podemos destacar:

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. 0019270-28.2014.8.14.0301 - Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Belém referente a cobrança de ISS devido por suposta perda da isenção tributária da UNESPA. A questão gira em torno da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à UNESPA pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, que posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos. A UNESPA ajuizou ação anulatória, tombada sob o nº 0057879-84.2009.8.14.0301 para anular os autos de infração que ao fim autorizou o ajuizamento da Execução Fiscal ora em comento. Não se iniciou o prazo para a defesa (embargos à execução) uma vez que estão aguardando a aceitação do bem ofertado a penhora pela UNESPA. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível no valor de R$ 103.082, apesar disso a causa está sendo considerada no montante do passivo contingente oriundo da combinação de negócios com a UNESPA.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia.

Além das ações provisionadas, com ativos de indenização reconhecidos pela Companhia, temos ainda as seguintes contingências em discussão:

a. Ação relacionada ao uso de licenças de software de ensino à distância, cujo mérito ainda está em discussão, movida pela empresa Centro de Estratégia Operacional Propaganda, Publicidade e Comércio Ltda. contra a Rede Brasileira de Educação à Distância ("RBED"), sociedade na qual a União de Ensino Superior do Pará - UNESPA possui participação juntamente com outras nove instituições de ensino do Brasil, que respondem solidariamente pela ação. O valor atualmente em discussão, sem provisão contábil, monta a R$ 76.075. O contrato de compra e venda da UNESPA pelo Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. (“ICES”), subsidiária direta da Companhia, prevê a obrigação de transferência da referida participação pelos acionistas vendedores da UNESPA, que deveria ter acontecido até a data do fechamento da operação.

b. Autos de infração para cobrança de contribuições previdenciárias e contribuições para entidades e fundos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, no valor de R$ 90.945, da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa (SOPEP), atual mantenedora da UNG. A Receita Federal entendeu que as atividades exercidas pela Associação Paulista de Eduação e Cultura (APEC), antiga mantenedora da UNG, não se enquadravam na categoria de não lucrativa e, apesar da transferência da mantença da UNG ter ocorrido somente em janeiro de 2015, autuou a SOPEP de forma subsidiária pela ausência de pagamento das referidas contribuições.

c. Processo administrativo no qual a Receita Federal cobra da UNESPA os valores compensados a título de contribuição previdenciária patronal sobre verbas indenizatórias, terço de férias e licenças, relativos ao exercício de 2009 no valor de R$ 5.491. O mérito da legalidade da exclusão da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal das referidas verbas está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, aguardando decisão em repercussão geral.

Em todos os casos, por se tratar de contingências anteriores a aquisição, o contrato prevê que eventuais prejuízos estão garantidos pela retenção dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Os advogados que patrocinam esses processos foram contratados pelos acionistas vendedores e são acompanhados pelos advogados do Grupo.

27 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	145.120	149.672
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	124.836	124.836
Lucro básico e diluído por ação - R$	1,16	1,20

28 Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Coberturas
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R$ 62.848
Acidente, incêndio e queda - Casco aeronáutico	US$ 11.733
Acidente, incêndio e queda - R.E.T.A aeronáutico	R$ 908
Responsabilidade civil de funcionários e terceiros	R$ 2.500
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R$ 30.000

29 Eventos Subsequentes

(a) Alteração das regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES

Em 6 de julho de 2017, o Governo Federal publicou a Medida Provisória – MP nº 785, que trata de alterações da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no tocante às regras aplicáveis ao FIES. As alterações promovidas pela MP estão sendo alvo de discussões entre os parlamentares, que apresentaram ao todo 278 emendas a serem analisadas durante o prazo de 60 dias, renovável por mais 60 dias, para regulamentação da referida MP pelo Congresso Nacional.

- Criação de novas faixas de juros e renda para os novos contratos de alunos;
- Exclusão da carência para início de pagamento das parcelas do financiamento e alterado o prazo para pagamento do financiamento;
- Exclusão da taxa administrativa paga pelas instituições de ensino aos bancos operadores;
- Aumento no percentual de contribuição ao fundo garantidor, assim como o limite da responsabilidade de cada instituição de ensino, baseada na inadimplência individual gerada pela carteira de alunos;
- Modificação dos descontos a serem concedidos aos alunos financiados pelo programa, assim como da forma de cobrança dos valores relativos à parcela não financiada; e
- Criação de fundos regionais de desenvolvimento e uso dos fundos constitucionais regionais para custeamento do programa.

A Companhia está avaliando os efeitos dessas alterações, mas não espera impactos em suas operações.

(b) Elevação do rating da companhia para AA-(br) pela agência Fitch Ratings

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 7 de julho de 2017, a Fitch Ratings elevou para AA-(bra), o Rating Nacional de Longo Prazo da Ser Educacional S.A. (Ser), com perspectiva estável.

Segundo a Fitch, a elevação do rating da Companhia se apoia em seus fortes indicadores de crédito, apurados em bases recorrentes e considerando cenários de negócios mais instáveis. A classificação também contempla a expectativa de contínuo fortalecimento da base de negócios da Companhia, o que deve fortalecer sua posição dentro da indústria de ensino superior privado no Brasil. As projeções incorporam geração operacional de caixa consistente, fluxo de caixa livre positivo e baixa alavancagem ao longo dos próximos anos.

Ainda seguindo a Fitch, a Companhia vem avançando em termos de escala de negócios e buscando maior diversificação geográfica e de operações, além de se beneficiar de uma estrutura de baixo custo, que lhe confere vantagens competitivas em relação a seus pares. O rating considera o fato de que, historicamente, a Companhia tem utilizado uma base de capital conservadora e robusta liquidez, como importante suporte aos seus negócios.

A Fitch acredita que a Companhia continuará administrando com cautela seu plano de expansão via aquisições a curto e médio prazos, sem alterar sua estrutura de capital e sem pressionar sua forte posição de liquidez e considera administráveis os desafios enfrentados pela Companhia no que diz respeito à sua exposição a políticas governamentais, principalmente sobre as recentes mudanças no programa do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

(c) Aumento do Capital Social e Capital Autorizado.

Em 14 de julho de 2017, a Companhia publicou Edital para Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 15 de agosto de 2017 para deliberar, dentre outros assuntos, sobre o aumento do capital social mediante a capitalização das reservas de lucros e o aumento do capital autorizado**.**

(d) Credenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco como Centro Universitário - UNINABUCO

Em 26 de julho de 2017, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União a Portaria de Credenciamento Nº 893, na qual trata do credenciamento da Joaquim Nabuco do Recife - PE como Centro Universitário. Com esse credenciamento, a UNINABUCO terá autonomia para abertura de novas unidades na sua área territorial e de novos cursos em unidades existentes.

O protocolo de Credenciamento do Centro Universitário UNINABUCO foi efetuado no e-MEC em 25 de março de 2015, tendo sua aprovação ocorrida no Parecer nº 244/2017 da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), na sessão de julgamento realizada em 03 de julho de 2017.

Seção F - Políticas contábeis

30 Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

30.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

30.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

30.3 Ativos financeiros

30.3.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

30.3.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e estão apresentados na Nota 7.

30.3.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 30.4 e 30.2).

30.3.4 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.
Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelo valor justo, e subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

30.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

30.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“impairment”).

30.5 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

30.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras intermediárias individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras intermediárias da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado.

30.7 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(d) Credenciamento e Licenças de operação

Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos

As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas e carteira de clientes

As marcas e carteiras de clientes identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada.

30.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade da Companhia. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.
Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

30.9 Custos de empréstimo capitalizados

O custo histórico do imobilizado inclui juros sobre de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

30.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, "Unidades Geradoras de Caixa" (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

30.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos

negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

30.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamento a pagar.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

30.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

30.14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em

benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

30.15 Provisões

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

30.16 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL".

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia.

30.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

30.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

30.19 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

A Companhia registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741").

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Ser Educacional S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ser Educacional S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife, 3 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Contador CRC 1PE016700/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 3 de agosto de 2017; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 3 de agosto de 2017; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.